

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MULHERES NA COMUNIDADE
DE PESCA ARTESANAL DE ITAPOÃ, VILA VELHA (ES): UMA
PERSPECTIVA FEMINISTA E ANTICOLONIAL**

YASMIN FERNANDES SALES DOS SANTOS

VILA VELHA-ES
JULHO/2021

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MULHERES NA COMUNIDADE
DE PESCA ARTESANAL DE ITAPOÃ, VILA VELHA (ES): UMA
PERSPECTIVA FEMINISTA E ANTICOLONIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

YASMIN FERNANDES SALES DOS SANTOS

VILA VELHA-ES
JULHO/2021

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

S237d

Santos, Yasmin Fernandes Sales.

Divisão sexual do trabalho e mulheres na comunidade de pesca artesanal de Itapoã, Vila Velha (ES) : uma perspectiva feminista e anticolonial / Yasmin Fernandes Sales Santos – 2021.

59 f. : il.

Orientadora: Viviane Mozine Rodrigues.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, 2021.

Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Pesca artesanal. 3. Feminismo.
4. Mulheres – Emprego. I. Rodrigues, Viviane Mozine. II. Universidade. Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

YASMIN FERNANDES SALES DOS SANTOS

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MULHERES NA COMUNIDADE
DE PESCA ARTESANAL DE ITAPOÃ, VILA VELHA (ES): UMA
PERSPECTIVA FEMINISTA E ANTICOLONIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

Aprovada em 29 de julho de 2021.

Banca Examinadora:



Dr. Matheus Mazzili Pereira – (USP)



Dr. Renan Lubanco Assis – (UENF)



Dra. Viviane Mozine Rodrigues – (UVV)

Orientadora

À todas as ancestrais que me possibilitaram estar aqui; à todas as mulheres pescadoras e aos povos originários, em especial ao povo Xukuru do Ororuba.

“A verdade é que nós não precisamos de nada que esse sistema pode nos oferecer, mas ele nos tira tudo o que temos.” Ailton Krenak.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo gostaria de agradecer aos meus ancestrais. Yemoja, por ser força e afeto, por ser água fresca em meu corpo e meu Ori. Ogun, por ser o ferro que corre em meu sangue e a firmeza de meu corpo. Oxossi, por nunca ter me deixado faltar nada durante todos os anos de minha vida, em especial nos últimos dois. A Osogiyán que me ensina a andar pelos trânsitos literários e vivenciais. Oya e Esu por serem os donos dos meus caminhos, proporcionando bons ventos e bons encontros nas encruzilhadas da vida.

As minhas antepassadas Marias, onde ancoo todo meu orgulho ancestral e de (re)conhecimento de mim; Maria Aparecida, minha avó materna que já é ancestral, por todo amor e coragem. A minha bisavó paterna Maria dos Santos e minha Tataravó Sabastiana Maria, indígenas da etnia Xukuru, que fizeram possível meu corpo e minha ancestralidade ser território de fertilidade, potência, sabenças da Terra e sensibilidade. Ao meu avô Luiz Fernandes, que se tornou ancestral durante o processo da pesquisa, mas pôde me ver ingressar no mestrado e compartilhar dessa conquista comigo. Aos meus avós paternos, Antônio Marques dos Santos e Adail Sales, que enfrentaram todos os percalços da migração do Nordeste para o Sudeste em busca de uma vida melhor em decorrência das dificuldades impostas, a minha gratidão. A minha mãe carnal, Fatima Fernandes, placenta que permitiu que eu viesse a esse mundo; que migrou da zona rural do interior do Espírito Santo e trabalhou incansavelmente vendendo seus quitutes nas ruas e também nas casas de suas patroas para proporcionar dignidade de vida a mim e minha irmã; meus maiores aprendizados e orgulho vieram da senhora, espero um dia poder retribuir. A meu pai carnal, que sempre deu muito duro no trabalho e incentivou a minha dedicação ao estudo em busca de dias melhores, obrigada por me ouvir incessantemente, especialmente nos anos da graduação e da pós-graduação. A minha irmã carnal, Luana Fernandes Sales dos Santos, que foi ponto de afeto, troca e aprendizados, obrigada por todo apoio em todas as decisões que eu tomo. A todos os meus tios e tias, em especial meu Tio Alexandre e Louise. A Marcilene, amiga e mãe que a vida me presenteou, que esteve sempre pronta para me receber e aconselhar desde que nos encontramos pelo caminho da vida.

Aos meus colegas do projeto Redes de Cidadania que foram de suma importância nesse processo. Enfrentamos muitos altos e baixos durante esses anos, especialmente por conta da COVID 19 e diante do desmonte da educação no país. Fomos ponto de força e amparo. Em especial a colega e amiga Lorena Lins, que foi quase uma mãe para mim durante esses dois anos, a amiga Barbara Vitor pelos cafés e conversas regadas de carinho nos corredores da Universidade e ao amigo e irmão de Santo Cleilton Pazzini por ser ombro amigo dividindo as sabenças da vida.

A minha família de Òrìsà, em especial a meu Babalorisà Jorge, Baba Egbe Ygor, minha Iya Glaucele e minha madrinha Priscila, por todo suporte, acolhimento e compreensão mesmo diante das minhas ausências.

Aos amigos e amigas da Casa da Vó, pela infinita paciência e amorosidade diante dos meus desafios acadêmicos. Luana, Lucas, Lucena, Manu, Elizio e Guilherme, nós formamos uma bela família. Em especial ao amigo antropólogo Lucena que me ouviu paciente e incansavelmente – “ta tudo bem mandar áudio”, apoiando as minhas andanças literárias nesse novo terreno e contribuindo com suas reflexões e inquietudes, e à Manu, mulher das águas que bate em pedra até decidir seguir seu caminho, obrigada por me compreender e acolher diante da sobrecarga do dia a dia, e somar na força, que os encantados e os Òrìsàs sejam por vocês sempre.

As amigas Eloa Eler e Marina Fortunato, pela sensibilidade no acolhimento e no afeto dividido que se multiplicou nas encruzilhadas das nossas vidas.

A todas as minhas amigas e amigos que me insentivaram e dividiram comigo os momentos proporcionados por essa trajetória.

Por último mas não menos importante, agradecer a minha orientadora Viviane Mazine Rodrigues pela liberdade e paciência no decorrer dessa trajetória, ao professor Diogo Correa pela disponibilidade e trocas feitas durante o processo de escrita e a todos docentes que contribuíram com o desenvolvimento da pesquisa mesmo diante de todos os percalços, que não foram poucos.

SUMÁRIO

RESUMO	ix
ABSTRACT.....	x
1. INTRODUÇÃO	11
2. COMUNIDADE (TRADICIONAL) DE PESCA ARTESANAL	17
2.1 Processo de urbanização em Vila Velha e as comunidades de pesca artesanal	20
2.2 Caracterização do bairro de Itapoã: A comunidade na encruzilhada do Urbano e do Tradicional.....	27
3. MULHERES, TRABALHO E PATRIARCADO	34
3.1 No Brasil: um Feminismo para os 99%	38
4. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, TERRITÓRIO E MODO DE VIDA DA COMUNIDADE DE PESCA ARTESANAL DE ITAPOÃ, (ES): OUVINDO MULHERES DA COMUNIDADE	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7. REFERÊNCIAS.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Barco de Pesca Artesanal e Embarcações Industriais.	18
Figura 2. Imagem da comunidade de Itapuã nos anos 1980	23
Figura 3. Colônia Z2 em Itapoã e empreendimento de luxo	25
Figura 4. Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Itapuã, Vila Velha.	27
Figura 5. Carta Matricial Topográfica de Vitória - Comunidade de Itapuã em 1977.	28
Figura 6. Praia da Itapoã em 1965	28
Figura 7. Orla de Itapoã (2020).	29
Figura 8. Prédios de luxo em torno da comunidade de Itapoã.....	32
Figura 9. Puxada de Rede na Praia de Itapoã.....	44
Figura 10. Pescadora e Marisqueira puxando Rede.....	46
Figura 11. Beneficiamento do Sururu	46

RESUMO

SANTOS, Yasmin Fernandes Sales, M.Sc, Universidade Vila Velha – ES, Julho de 2021. **Divisão Sexual do Trabalho e Mulheres na Comunidade de Pesca Artesanal de Itapoã, Vila Velha (ES): Uma Perpsectiva Feminista e Anticolonial.**
Orientadora: Viviane Mozine Rodrigues.

Essa dissertação tem por intuito analisar a relação dialética entre atravessamentos coloniais em corpos de mulheres e a divisão sexual do trabalho a partir da comunidade de pesca artesanal de Itapoã, em Vila Velha, no Espírito Santo. Somada ao levantamento bibliográfico produzido sobre a temática, foram feitas entrevistas com duas mulheres, de gerações diferentes, da comunidade, como forma de tensionar diferentes percepções a cerca do modo de vida e a influência das mulheres no território a partir de suas próprias narrativas. Para contemplar teoricamente o campo e a pesquisa foi utilizado de forma extensa autoras feministas e anticoloniais como Lélia Gonzales, Safiotti e Silvia Federici, além de Ermínia Maricato, David Harvey, Svampa e Ailton Krenak para pensar a composição urbana e sua relação com o território, com foco na comunidade pesqueira.

Palavras chaves: Divisão sexual do trabalho; Comunidade de Pesca Artesanal; Modo de vida; Feminismo Anticolonial.

ABSTRACT

SANTOS, Yasmin Fernandes Sales, M.Sc, Vila Velha University – ES, July de 2021.
Sexual Division of Labor and Women in the Artisanal Fishing Community of Itapoã, Vila Velha (ES): A Feminist and Anticolonial Perspective. Advisor: Viviane Mozine Rodrigues.

This dissertation aims to analyze the dialectical relationship between colonial crossings in women's bodies and the sexual division of labor from the artisanal fishing community of Itapoã, in Vila Velha, Espírito Santo. Added to the bibliographic survey produced on the subject, interviews were conducted with two women, from different generations, in the community, as a way of tensioning different perceptions about the way of life and the influence of women in the territory based on their own narratives. To theoretically contemplate the field and research, feminist and anti-colonial authors such as Lélia Gonzales, Safiotti and Silvia Federici were used extensively, as well as Ermínia Maricato, David Harvey, Svampa and Ailton Krenak to think about urban composition and its relationship with the territory, focusing on the fishing community.

Keywords: Sexual division of work; Artisanal Fishing Community; Lifestyle; Anticolonial Feminism.

1. INTRODUÇÃO

Qualquer pescador de tarrafa arremessando a rede langue dá a sensação que vai pescar o mundo inteiro nesse lance.

(João Cabral de Melo Neto, 1994)

O presente trabalho apresentado como dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Vila Velha (UVV), financiado pelo projeto Redes de Cidadania¹, tem por objetivo apreender atravessamentos no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e analisar as relações estabelecidas entre as mulheres² da comunidade de pesca artesanal de Itapoã, Vila Velha (ES) a partir de suas vivências, sendo pescadoras ou não, e das alterações territoriais no que diz respeito ao processo de urbanização em torno da comunidade, sua permanência no local e o impacto no modo de vida, especialmente dadas as transformações sociais a partir da segunda metade do século XX, em decorrência desses processos. Portanto, o estudo dessa dissertação estará situado a partir do contexto da comunidade tradicional de pesca artesanal de Itapoã, em Vila Velha, no estado do Espírito Santo.

O município de Vila Velha/ES possui 32 quilômetros de faixa litorânea com alta biodiversidade, o que contribui para atividades ao ar livre, nas orlas e praias, práticas da pesca e também atrai grandes empresas, além do setor turístico e imobiliário, o que por consequência se transforma em um ambiente de tensionamento para com a disposição da comunidade. A Comunidade de Pesca Artesanal de Itapoã, Zona Dois (Z-2) está situada na orla do município desde meados de 1950, e hoje está inserida na região que compõe os bairros nobres da cidade. Por conta desses fatores, o território encontra-se em disputa, e há uma resistência territorial e de modo de vida contínuas na comunidade pesqueira e suas práticas tradicionais na região.

A escolha da comunidade se deu em decorrência da presença marcante das mulheres dentro do contexto da comunidade de Itapoã, em especial relacionado à

¹ O projeto Redes de Cidadania é uma medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.

² As categorias “mulher” e “gênero” utilizadas nessa dissertação tem como intuito marcar os atravessamentos materiais sob determinados corpos, entretanto entendemos as mesmas enquanto comunidades reducionistas criadas pelo Ocidente, e ainda muito limitantes para pensar de forma orgânica comunidades tradicionais de um modo geral, apesar de termos sido contempladas durante o estudo dessa dissertação devido as transformações sociais específicas da comunidade em questão. Diante disso sugiro a leitura da obra “A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero” da autora nigeriana Oyèrònké Oyewùmí (2021).

mariscagem e a vivência com os pescadores, mas também por conta de todas as outras atividades desempenhadas pelas mulheres, uma vez que o trabalho proposto tem como intuito abranger não apenas as mulheres marisqueiras ou pescadoras, entendendo que todas elas desempenham funções fundamentais no dia a dia da comunidade ou do território. Segundo a autora feminista Flávia Biroli (2018) “falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. (p 22)

A compreensão de que seja imprescindível apontar a construção social do gênero e a separação do trabalho a partir da divisão sexual, sobretudo dos supostos *papéis de gênero* e das mulheres a partir de um contexto histórico, cultural e econômico, fazendo o devido recorte das comunidades tradicionais de pesca artesanal e o olhar das próprias mulheres sobre suas existências e seu território. Assimilar que as marcas coloniais, capitalistas e a subjugação étnico-racial e de gênero produzem e reproduzem diversas opressões, promovem controles sociais e atuam sob a produção de subjetividades e comportamentos, será pontuado de quais maneiras essas mesmas estruturas impactam na vida das mulheres que vivem nas comunidades de pesca artesanal, pescadoras ou não, como elas se reconhecem e se autodeclaram a partir de suas experiências, bem como qual o impacto de suas atividades diante da permanência da comunidade no território e o modo de vida.

Levando em conta que as análises serão feitas para além da lógica de sexo e gênero, contemplando que a mulher que vive em comunidade tradicional de pesca artesanal faz parte de outros grupos minorizados, direcionando atenção às devidas particularidades, portanto outros elementos de análise deverão ser considerados de forma não hierarquizada, por entendermos que diante das opressões “é utópico procurar saber em que um comportamento desumano se diferencia de outro comportamento desumano” (FANON, 2008, p. 85). E, a partir do campo, conforme surgir nas entrevistas, apontaremos a expressão desses elementos.

O patriarcalismo e a escravidão são constitutivos da sociabilidade burguesa, possuindo expressões específicas em lugares como o Brasil e outros territórios colonizados. A consolidação do sistema capitalista no mundo está imbricada com a invasão e a dominação dos territórios latino-americanos e a imposição ao mundo de um modelo de ser humano universal moderno que corresponde, na prática, ao homem, branco, patriarcal, heterossexual, cristão, proprietário. (Petrone, 2021, p. 14-15)

Compreender a trajetória histórica do processo de colonização do território de Pindorama³, conhecido como Brasil – que *recebe* esse nome após a chegada dos colonizadores – em conjunto com avanço e refinamento do capitalismo e as violências desdobradas em corpos marginalizados se faz mais que importante em decorrência do processo histórico de violência direcionados a tudo e todos que estão à margem, entendendo que o diferente, o outro, é produzido para dar sentido ao controle e a manutenção da hierarquia social. Sem intenção de provocar ou abrir espaços para ressentimentos de identidades⁴, se faz importante sinalizar os atravessamentos coloniais nas estruturas de organização da comunidade e a sofisticação das agressões para com essa população.

Longe de conceber o capitalismo, o patriarcado e a supremacia branca como “sistemas” separados, que se articulam de forma misteriosa, proponho uma teoria unificada, na qual todos os modos de opressão (gênero, “raça”, classe) estejam estruturalmente ancorados numa única formação social – no capitalismo, compreendido de modo amplo, como uma ordem social institucionalizada. Ao contrário das teorias da interseccionalidade, que tendem a ser descritivas, focadas nos modos pelos quais as posições de sujeição existentes atravessam umas as outras, minha concepção é explicativa. Olhando para trás daquelas posições de sujeição, para a ordem social que as gera, identifico os mecanismos institucionais por meio dos quais a sociedade capitalista produz gênero, raça e classe como eixos de dominação que se atravessam. (Fraser, 2021, p 83-84)

Em relação as pescadoras, por exemplo, diante das produções levantadas, suas atividades são correlacionadas a atividades reprodutivas, o que não difere muito da realidade das atividades desempenhadas por mulheres que não estão inseridas no contexto de uma comunidade de pesca artesanal (SANTOS, 2018). Com isso, podemos observar que o movimento de intersecção entre as estruturas coloniais atravessa de maneira bastante profunda o modo de vida de todo um território. Sendo assim, a divisão sexual do trabalho e a relação das mulheres com sua comunidade e território está diretamente associado ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo, e segundo Leitão (2013), todos esses marcadores nos dão subsídios para compreender as relações de poder e subjetividades operantes a partir da organização da comunidade de pesca artesanal, sem perder de vista as diferenças históricas e sociais estabelecidas e legitimadas diante da lógica colonial e do lugar de desigualdade vivenciada por elas. Inclusive, as aparentes contradições existentes serão colocadas

³ Pindorama é um dos nomes originários do que conhecemos hoje como Brasil; utilizado fortemente por algumas etnias indígenas para referirem ao seu território; deriva do idioma Tupi;

⁴ Para contemplar os trânsitos e a compreensão do que se trata enquanto identidades proposto nesse estudo, recomendo a leitura da obra “Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje” do autor Asad Haider.

em pauta no decorrer da dissertação, direcionando foco aos instrumentos violadores de maneira dialética, apontando ambivalências estruturais com intuito de não cair em reducionismos coloniais, capitalistas e individuais.

Outra percepção que será trabalhada durante a pesquisa com Federici (2019) é a reprodução da força de trabalho, processo colonial e de globalização, mantendo enquanto horizonte os processos de manutenção do bem comum e como a luta das mulheres em diferentes momentos históricos se encontram diante das encruzilhadas das opressões, pois, segundo a autora:

É nesse contexto que uma perspectiva feminista sobre os comuns é importante. Começa com a constatação de que, como sujeitos primários do trabalho de produtivo, historicamente – e também no nosso tempo – , as mulheres sempre dependeram mais que os homens do acesso aos recursos comuns e foram mais comprometidas em sua defesa. (p. 313).

A presença das mulheres na prática da pesca não é algo recente. Elas sempre estiveram presentes, seja na pesca em alto mar, catando sururu, conhecido como mariscagem, com a limpeza e venda do pescado ou demais atividades. Entretanto, a maioria das atividades desempenhadas por elas foram e ainda são colocadas de forma secundária ou como mera atividade reprodutiva, de ajuda e auxílio; invisibilizada por pescadores homens e, por muitos anos, também pelo Estado. Essa invisibilidade dificultou acesso dessas mulheres a regulamentação das suas atividades e também ao reconhecimento próprio das atividades desempenhadas (MARTINEZ; HELLEBRANDT, 2019)

Portanto, compreendendo a centralidade do papel designado a mulher, que influencia diretamente no processo de manutenção do modo de vida da comunidade e seus inúmeros atravessamentos, é de suma importância exercitar metodologicamente a contribuição da oralidade, do que essas mulheres têm a dizer sobre suas vivências, significando seus discursos, potencializando suas existências na esfera política e social, sem perder de vista estruturas outras que influenciam objetiva e subjetivamente em suas organizações, tratamentos e ao que se submetem e são submetidas em decorrência do colonialismo, classismo, racismo e sexismo.

A importância em dialogar com mulheres da comunidade se dá em decorrência da relevância de obter suas próprias narrativas diante de suas trajetórias enquanto composição do corpo orgânico do dia a dia comunitário e do território; bem como sair da centralidade do discurso e da percepção do que o outro tem sobre elas, trazendo o foco para suas próprias percepções e contribuições. Pensando em um maior

aproveitamento de discursos e vivências diferentes que somam à perspectiva da pesquisa, foi proposto a metodologia de entrevista a partir de uma tensão geracional. Para Haguette (s.d), a entrevista enquanto metodologia qualitativa tem por objetivo a coleta de informações mediante um questionário prévio elaborado pelo entrevistador que será feito ao entrevistado.

Por conta da pandemia do COVID-19, que impossibilitou a continuidade das idas ao campo, obedecendo as recomendações sanitárias de prevenção recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as entrevistas foram mediadas por ligação telefônica.

As duas mulheres entrevistadas, portanto, foram selecionadas a partir da comunidade estabelecida, com critério de observar possíveis tensões intergeracionais com a diferença de idade de 28 anos uma da outra. As entrevistas foram realizadas em dia e horário marcados previamente com as partes e realizadas através de aparelho celular, com questionário semi estruturado.

As semelhanças e diferenças nas trajetórias dessas mulheres torna possível pontuar a heterogeneidade de perspectivas e expectativas que compõe a vida das pescadoras e as demais mulheres da comunidade, proporcionando reflexões acerca das produções acadêmicas estabelecidas na literatura sobre gênero e pesca artesanal no Brasil, demonstrando pontos fora da curva e um levante feminino que reivindica seus direitos e suas existências plurais.

Saberes das comunidades de pesca e suas práticas são de suma importância para a manutenção mais saudável do ecossistema local e todo o meio ambiente em que estão inseridos. Pescadores e marisqueiras conhecem seus territórios e tem um profundo contato com as dinâmicas das marés e todo o ambiente costeiro em que se localizam. Comunidades tradicionais de todo território nacional são responsáveis por maior parte da preservação do meio ambiente. Segundo novo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) “povos indígenas e comunidades tradicionais são os melhores guardiões das florestas na América Latina e Caribe” (FAO y FILAC, 2021). Eventualmente em decorrência das tensões causadas pelo crescimento demográfico, imobiliário e de extrativismo costeiro da região em Vila Velha, os interesses públicos e privados visando lucro diante dos grandes empreendimentos vão de encontro com o modo de vida da comunidade.

Com intuito de situar territorialmente, o capítulo 1 do desenvolvimento da dissertação tem em vista pontuar o leitor sobre as características da comunidade de pesca artesanal e como se deu o crescimento urbanístico do município de Vila Velha, principalmente a partir da segunda metade do século XX, sendo que a comunidade já integrava o contexto territorial; e também desmistificar o olhar colonial sobre o que pode-se entender enquanto tradição, como elemento intocável e imutável. O segundo capítulo tem como interesse articular historicamente conceitos como gênero e trabalho, pontuando atravessamentos ocidentais na construção do sujeito universal tido como home cis branco de classe alta⁵. E no capítulo 3, abordar a divisão sexual do trabalho, impactos da urbanização e o modo de vida das mulheres da comunidade de pesca artesanal a partir do levantamento bibliográfico acerca do tema e trazer elementos coletados nas entrevistas para circunscrever a situação da e na comunidade de Itapoã, em Vila Velha, Espírito Santo.

Portanto, essa dissertação de mestrado propõe-se não somente pontuar os trânsitos e impactos sociais diante de determinadas identidades a partir dos atravessamentos coloniais, como no próximo capítulo também repensa a universalização de determinados modos de vida, como se comunidades invadidas pela urbanização fossem uma extensão da lógica colonial sem movimentos próprios diante das suas dinâmicas de organização.

⁵ Segundo Haider (2019) “A identidade branca masculina é consagrada com o status de neutra, geral e universal. Sabemos que isso não é verdade.” (p. 47)

2. COMUNIDADE (TRADICIONAL) DE PESCA ARTESANAL

Justificando a escolha dos parênteses utilizados no título, é uma forma de reivindicar a heterogeneidade da categoria diante da diversidade de sentidos e significados dos então “povos” ou “comunidades tradicionais”, demarco que daqui por diante, até segundo sinal, será trabalhado a noção de comunidade tradicional no sentido institucional e jurídico.

Sendo assim, segundo o Artigo 3º publicado no decreto nº 6040 de 2007, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, compreende-se enquanto Comunidade Tradicional “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, onde há também “o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.”

Tendo em vista que a caracterização apresentada se dá a partir de critérios estabelecidos juridicamente, pontuarei que a forma como a atividade pesqueira é desenvolvida e praticada, pode ser caracterizada enquanto pesca industrial ou pesca artesanal, sendo a primeira marcada por embarcações de grande porte, alta capacidade de armazenamento de pescado e tripulantes, e petrechos de pesca que geralmente não são feitos manualmente. Portanto, a pesca artesanal é desenvolvida diante de conhecimentos transferidos entre as pessoas da comunidade e em regime familiar; os barcos e canoas utilizadas são de menor porte e capacidade de contenção e armazenamento do pescado em relação às embarcações da pesca industrial (Figura 1); e os petrechos utilizados comumente são confeccionados pelos próprios pescadores e pescadoras ou pessoas da comunidade.

Figura 1. Barco de Pesca Artesanal e Embarcações Industriais.



Fonte: Ferreira, 2015.

Na figura 1 podemos observar a diferença entre os barcos de pesca artesanal e as embarcações de pesca industrial.

Ao contextualizar a pesca, entende-se que é uma das formas mais antigas de caça desempenhada pelo homem, que foi sendo desenvolvida e aprimorada com a prática no decorrer do tempo. De acordo com Diegues (1999), os pescadores artesanais compõem uma população tradicional que ocupa o litoral e também os lagos e os rios, onde vivem de forma particular, bem como exercem outras formas de atividades econômicas, como pequena agricultura e artesanato.

Os pescadores, sobretudo os artesanais, praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é, em geral, a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos. Apesar de grande parte deles viver em comunidades litorâneas não-urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo aí uma solidariedade baseada na atividade pesqueira. (DIEGUES, 1999, p. 59)

A pesca artesanal, portanto, está associada a conhecimentos passados de geração em geração e aperfeiçoados de acordo com a experiência coletiva e territorial de cada comunidade (NETO, 2017). Logo, o conhecimento dito enquanto tradicional é transmitido a partir da oralidade e da observação dos mais novos em relação as atividades desempenhadas pelos mais velhos; é a partir da vivência e envolvimento prático e pessoalizado que se absorve os saberes e fazeres e se estabelece uma relação íntima com o modo de vida da comunidade e sua estreita relação com o meio em que vive e com seu território (DIEGUES, 2001).

Ao pensarmos em populações e comunidades tradicionais se faz importante, juridicamente, o autoreconhecimento e declaração individual e coletiva, como parte do processo de reivindicação do território, modo de vida, especialmente ao pensar tradição enquanto dispositivo político que está sempre se reinventando, uma vez que políticas públicas não são pensadas e sequer desenvolvidas com intuito de assegurar os direitos das comunidades que vão na contramão do modo de fazer política vigente.

Tendo o extrativismo na América Latina como uma condição que está diretamente ligado ao genocídio da população pobre e não-branca, e ao ecocídio, que teve início desde o período da colonização dessa terra. Especificamente onde hoje chamamos de Brasil, vivemos em um território amplo, rico em recursos naturais, de grande latitude, o que implica acessos a diversos ecossistemas e, igualmente proporcional - ou ainda maior -, implica também em grande exploração desses recursos, dessas vidas, sendo humanas ou não, em decorrência da subordinação a lógica de acumulação do capital e à economia global.

A nova fase de acumulação do capital, caracterizada por uma intensa pressão sobre bens naturais e territórios, e mais ainda pela expansão vertiginosa da fronteira das commodities, abriu caminho para novas disputas políticas, sociais e ecológicas, para resistências sociais impensáveis para o imaginário desenvolvimentista dominante. (SVAMPA, 2019, pp. 21-22)

Torna-se imprescindível pontuar que o processo de remoção da comunidade do espaço em que ela se encontra, além de uma prática violenta, é uma potencial forma de colocar em cheque o conhecimento e a existência do modo de vida das comunidades, pensando nos vínculos e símbolos estabelecidos com e partir daquele território. Bem como a fixação de empresas, a expansão imobiliária e outros empreendimentos podem interferir e alterar a dinâmica de vida do meio ambiente, e conseqüentemente o modo de vida da comunidade também se altera. Além de, segundo Svampa (2019) “a defesa do território e da territorialidade ser uma das dimensões constituintes das resistências sociais contra o extrativismo” (pp.45).

Compreender que o vínculo estabelecido entre comunidade e seu território é de indispensável relevância para o estabelecimento e perpetuação do modo de vida, que se distingue inclusive entre comunidades irmãs, uma vez que será a partir do território que serão desenvolvidos saberes e fazeres peculiares que se relacionam com a estrutura de vida coletiva e noção de pertencimento da comunidade e a composição de sua organização. Para Sodré (2019) “o que dá identidade a um grupo

são as marcas que ele imprime na terra, nas árvores, nos rios.” (p. 24) Ainda segundo o autor “a ideia de território coloca de fato a questão da identidade, por referir-se à demarcação de um espaço na diferença com outros. Conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo, implica também localizá-lo territorialmente” (p. 24)

O autor indígena Ailton Krenak (2020) traz uma pontuação pertinente sobre povos originários e comunidades tradicionais onde diz que “a verdade é que nós não precisamos de nada que esse sistema pode nos oferecer, mas ele nos tira tudo o que temos” (p. 36). Diante disso, vale ressaltar que o direito pelo território é questionado por atravessamentos conservadores, extrativistas e coloniais, onde a todo momento se faz necessário reivindicar-se tradicional a partir de práticas que são ressignificadas e alteradas, e não necessariamente como continuidade das práticas em si. Portanto, pensamos a partir daqui na tradição enquanto dispositivo político e não em seu caráter intocável, diante de uma lógica colonialista de tradição, que viria a ser aquilo que daria direito ao seu território e existência. Krenak (2020) vai ao encontro de nossas ponderações ao afirmar que o colonialismo enraizado nos discursos e ações de políticos, políticas e instituições “continuam a serviço da invasão” (p. 36).

2.1 Processo de urbanização em Vila Velha e as comunidades de pesca artesanal

Durante muitos séculos o Brasil foi um país focado no desenvolvimento da agricultura. A elaboração das nossas “cidades” se dá a partir de uma importação da lógica colonial como forma de marcar o poder do colonizador em relação ao colonizado.

A atividade agro-exportadora constituía o pólo dinâmico da economia colonial e o crescimento da economia brasileira era determinado principalmente pela sua capacidade de exportar bens primários. Essa característica marcou a evolução da organização espacial da colônia e, mais tarde, do país independente, e refletiu o caráter primário exportador das principais atividades produtivas brasileiras. (SIQUEIRA, 2001, p. 62)

Santos (2018) vai afirmar ainda que a maturação do processo urbanístico, especialmente a organização das cidades como conhecemos hoje, se deu a partir do século XIX, com refinamento no século XX, onde o crescimento demográfico das capitais durante esse período ocorreu de forma inconstante, o que mudou após o fim da Segunda Grande Guerra (1945), sustentando o crescimento das cidades da forma como conhecemos hoje. O que justifica as oscilações indicadas é a influência direta

ou indireta do que ocorria nas áreas não urbanas do Brasil, podendo admitir que a base econômica da maior parte das capitais do País era fundamentada a partir da prática da agricultura. Entretanto, em meados de 1940 e 1950, a lógica da industrialização opera de maneira mais ampla e significativa, onde, para Santos (2018):

O termo industrialização não pode ser tomado em seu sentido estrito, isso é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (p. 30).

Após a Segunda Grande Guerra (1945), houve uma diversificação de investimentos nesses grandes setores industriais na região em meados dos anos 1970, sendo eles: siderúrgicos, naval e paraquímico; turísticos e portuários (SIQUEIRA, 2001), o que movimentou o desenvolvimento de infraestrutura na capital, aumentando o valor de suas terras, forçando o deslocamento da classe trabalhadora para outros locais. Evidente que Vila Velha durante esse período não apresentava o desenvolvimento em infraestrutura como a capital, o que inclusive pode ser observado nos dias de hoje se comparado à capital Vitória. Um marco no processo de urbanização e desenvolvimento da RMGV foi a construção da Ponte Florentino Avidos em 1924-1928, que ligou a Ilha de Vitória a Vila Velha (CELANTE, 2014), juntamente com as construções da Segunda Ponte em 1979 e da Terceira Ponte em 1989, que tiveram papel fundamental na continuidade do processo de urbanização e desenvolvimento de infraestrutura do território.

Dessa forma, a população urbana nas décadas seguintes se multiplicam, dando corpo demográfico às cidades, especialmente às capitais e regiões metropolitanas dos estados, o território passa a se mecanizar em relação ao avanço tecnológico e as formas de organização sócioespacial em decorrência dos investimentos em infraestrutura são alteradas.

“A cidade é o lugar por excelência de reprodução da forma de trabalho” (MARICATO, 2015, pp. 22). Ao fazer essa afirmação, a autora vai ao encontro da noção de que nas cidades e em um mundo urbanizado nada tem solução de maneira individual. Ou seja, habitação, transporte, saúde, educação, segurança, tudo que transpassa necessidades fundamentais e qualidade de vida é de responsabilidade e resolução coletiva. Relacionando essa última afirmação aos estudos e os modos de

vida das comunidades tradicionais, onde não apenas a noção, mas a condição de existir não separa o eu do outro, e sequer é levado em consideração uma maneira de conviver e resolver conflitos de forma completamente individual, penso que desenhasse a partir disso um ponto importante de encontro dos caminhos para pensarmos a dinâmica das cidades, formando boas encruzilhadas.

Retornando à lógica da cidade e do ambiente urbano como maneira de estar a serviço das necessidades do capital uma vez que a cidade é compreendida como mercadoria quando lucram com o desenvolvimento, produção e exploração do espaço, “a cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central” (MARICATO, 2015, p. 23). A partir do avanço das cidades e regiões urbanizadas, muitas comunidades tradicionais foram integradas ao espaço pelo processo de urbanização, o que causou dispersão ou asfixia das comunidades no seu próprio território. Por consequência, muitos pescadores, no caso das comunidades tradicionais de pesca artesanal, se depararam na condição de moradores urbanos. (ARAUJO, SASSI & LIMA, 2014). Porém, Krenak (2020) nos lembra que “os povos originários ainda estão presentes neste mundo não porque foram excluídos, mas porque escaparam” (p.60). E independente disso, vale ressaltar que o processo de urbanização e tensão territorial sofrido pela comunidade, não retira delas o seu caráter tradicional e suas sabedorias ancestrais.

O crescimento urbano no Brasil foi e ainda é pautado na edificação de áreas em saltos. Esses saltos obedecem à lógica da especulação imobiliária, onde há descontinuidades no processo de urbanização, a fim de que os espaços deixados vazios entre uma faixa urbana construída e outra possam valorizar com o tempo, à medida que a infraestrutura, os serviços público e privados e a circulação de pessoas e mercadorias valorizem ainda mais os vazios urbanos. (ARAUJO, SASSI & LIMA, p. 435, 2014).

Portanto, podemos pensar que o espaço onde os pescadores estão estabelecidos constituem um fragmento estigmatizado diante do processo social instituído pela urbanização do bairro, sendo caracterizados, por vezes, enquanto uma localização inferior. E quando não, uma vez que “a localização é sempre relativa, e, sendo assim, é possível relativizar espaços considerando suas características atraentes” (ARAUJO, SASSI & LIMA, p. 437, 2014), o interesse industrial surge como manobra de lucro para movimentação de capital com intuito de expansão do setor imobiliário ou mercado do turismo, por exemplo, com finalidade de encarecer ainda mais o entorno da comunidade com prédios e estabelecimentos comerciais de alto padrão, o que implica em uma maior desonra e estigma aos pescadores e pescadoras,

e seus familiares que habitam o território muito antes do processo de desenvolvimento urbano.

Os povos nativos resistem a essa investida do branco porque sabem que ele está enganado, e, na maioria das vezes, são tratados como loucos. Escapar dessa captura, experimentar uma existência que não se rendeu ao sentido utilitário da vida, cria um lugar de silêncio interior. Nas regiões que sofreram uma forte interferência utilitária da vida, essa experiência de silêncio foi prejudicada. (KRENAK, p. 60-61, 2020)

Figura 2. Imagem da comunidade de Itapuã nos anos 1980.



Fonte: Diagnóstico Itapoã RDC - Veiculado por Memória Capixaba/Facebook.

Para Harvey (2005) urbanização, mudança social e desenvolvimento econômico não se separam, uma vez que se relacionam de maneiras importantes e fundamentais. Sendo assim, compreendendo que a existência das cidades precede o capitalismo e que pensar em cidade e processo de urbanização é pensar sobre o modo de funcionamento das diferentes fases do capitalismo e modo de vida colonial-industrial (MARICATO, 2015), faremos um breve apanhado sobre os interesses do capital industrial, extrativista e imobiliário, e seu impacto em relação as comunidades de pesca artesanal no Brasil, mas antes pontuaremos alguns processos sobre a urbanização da cidade de Vila Velha

Com a transferência da Capital do estado para a cidade de Vitória, Vila Velha deixou de receber investimentos de todos os âmbitos, ocorrendo as primeiras obras de urbanização no bairro da Prainha apenas em 1890 (CELANTE, 2014). O município de Vila Velha, assim como toda a região metropolitana, passou a expandir demograficamente em decorrência da organização e crescimento da cidade de Vitória, capital do estado.

Segundo Celante (2014), o surgimento da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) vem com intuito de comportar o aumento do número da habitantes nesses territórios. A Região abrigou as principais atividades industriais, culturais e de comércio do estado, porém Siqueira (2001) pontua que apesar disso as cidades “se desenvolveram sem que ocorresse uma política urbana local e eficiente (p. 93). E, diante do grande fluxo migratório para a região com mão de obra pouco qualificada e infraestrutura que não comportava a densidade populacional, acentua-se diferenças regionais e sociais mediante o processo de marginalização das populações menos favorecidas. Para a autora (2001), uma nova ótica de acúmulo do capital diante da industrialização no Espírito Santo ocasionou alterações na estrutura econômica do estado, especilmente na RMGV, e pontua ainda que as atividades ditas tradicionais foram afetadas de maneira direta.

A partir de meados dos anos de 1970, tem início uma outra etapa do processo econômico, quando se concretizam as decisões de se implantarem no Estado os “Grande Projetos Industriais”, orientados basicamente para mercados externos, que vão proporcionar uma nova dimensão à economia do Espírito Santo e transformar radicalmente a estrutura produtiva estadual (SIQUEIRA, 2001, p. 87-88).

Apesar disso, essa desorganização social impactou no processo de disponibilidade de recursos de saúde, lazer, educação e segurança das cidades e sua população, especialmente as cidades e bairros que estão localizados nas regiões periféricas da RMGV. Entretanto, a partir dos anos de 1960 com o crescimento populacional desenfreado, o impacto recaiu em todos os municípios da região.

Com a ocupação da área de mangues, de morros e periferias, a nova configuração espacial gerou reflexos negativos na qualidade de vida da população como um todo, porque foram prejudicadas as características geográficas da ilha, bem como a fauna e a flora existentes, uma vez que esses espaços constituíam-se de áreas de grande riqueza ecológica (SIQUEIRA, 2001, p. 100)

Para além das questões urbanas que prejudicaram geograficamente a ilha de Vitória e região, é necessário destacar que diante dessa desorganização urbana e

social, a qualidade de vida e a segurança dos moradores de regiões periféricas ocupadas pela falta de planejamento urbano também foram comprometidas.

A interligação entre o processo de crescimento urbano e o aumento dos problemas urbanos tornara-se visível no início dos anos de 1980, principalmente quanto à questão da saúde, educação, habitação e transporte coletivo. No que diz respeito à habitação, as moradias populares não estavam cobrindo a totalidade da população, fato que deu margem à ocupação de áreas periféricas e de morros por ação de invasões, criando favelas habitadas por trabalhadores de baixa renda e migrantes desempregados, que chegavam no município atraídos pela expansão industrial e pelas ofertas de emprego (SIQUEIRA, 2001, p. 109)

Vila Velha, portanto, sofreu os mesmos impactos. Conhecida como *cidade dormitório*, onde a população trabalhadora se deslocava até a capital para realizar suas atividades e retornavam para suas casas a noite para descansar e realizar outros afazeres, o município teve como suas atividades mais presentes, até cerca dos anos de 1970, a pesca e os pequenos comércios. E entre 1950 e 1996 torna-se o município mais populoso do estado do Espírito Santo (ASEVILA, 2010).

Harvey (2005) elucida que o processo de urbanização é físico e social, e moldado pela lógica capitalista de acumulação do capital. Logo, partindo do princípio de que uma das formas de dominação social é a partir da divisão de classes, a dinâmica social e histórico-geográfica caminha lado a lado as classes dominantes, colocando mais uma vez o processo de desenvolvimento do espaço urbano de forma desigual.

Figura 3. Colônia Z2 em Itapoã e empreendimento de luxo.



Fonte: Redes de Cidadania

Somado à isso, segundo a autora Ana Lúcia Burgos (2013) a maneira como as cidades são estruturadas fomentam uma lógica masculina, por ser projetada de forma onde a mulher é invisível, uma vez que “a mínima referência feita às mulheres nesses processos políticos reafirma a desigualdade e o seu ocultamento como sujeitos.” (p. 47) Portanto, é somado a questões como desigualdade de acessos a partir da organização do espaço e do território, impactando em questões como segurança e sensação de pertencimento. Trata-se de uma sensibilidade analítica a partir da elaboração das cidades para que todas as pessoas sintam-se não apenas representadas e seguras, mas também confortáveis, e que suas necessidades e demandas sejam contempladas.

Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. (Burgos, 2013, p. 47)

Pensando no contexto das comunidades de pesca artesanal, pensando nessas comunidades enquanto tradicionais – independente do que as instituições queiram dizer com isso – o Decreto Federal nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelece que independente de estar localizado em um espaço urbano, as comunidades tradicionais devem ser mantidas e terem garantidos os seus direitos em permanecerem em seus territórios. Apesar disso, o processo de urbanização desordenado, ações extrativistas, a indústria imobiliária, a pressão e deslocamento de determinadas comunidades e sujeitos de um espaço de interesse de investimento, seja público ou privado, continua ocorrendo com intuito de valorizar ainda mais o território e os imóveis ao entorno e, em contrapartida, as comunidades diante desse tensionamento sentem mais dificuldade de se manterem em seu território por pressão do capital, que tentam inviabilizar de todas as maneiras e em todas as direções possíveis sua permanência no local.

Knox e Trigueiro (2015) demonstram ainda que entre 2007 e 2010 cerca de 10 comunidades pesqueiras deixaram de estar entre os dados no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e pontuam ainda que essa diminuição pode estar atrelada ao processo de urbanização e tensionamento das grandes empresas em relação ao território ocupado pela comunidade pesqueira, bem como pode sugerir complicações no que diz respeito a coleta de dados sobre as comunidades, afirmam as autoras.

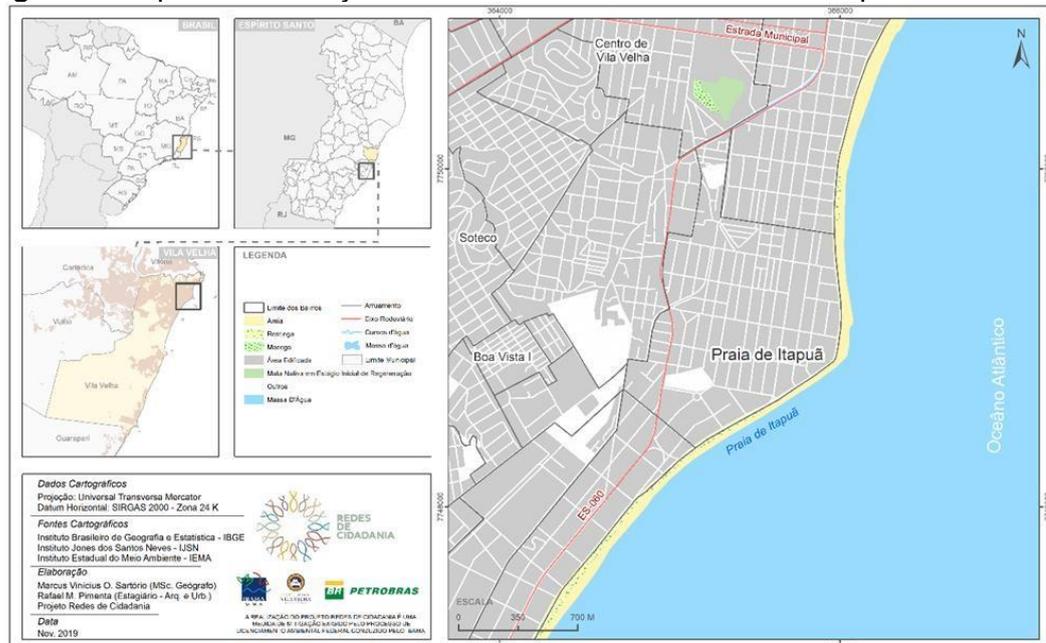
2.2 Caracterização do bairro de Itapoã: A comunidade na encruzilhada do Urbano e do Tradicional

A própria noção de encruzilhada é um saber praticado ancestralmente que aqui é lançado como disponibilidade para novos horizontes que reivindicam a sofisticação de um mundo plural, pujante e vigoroso, contrário e combativo ao desencanto do mundo (RUFINO, p. 13, 2019)

Podemos marcar que nunca houve processo conciliador e pacífico no que diz respeito à colonização, compreendendo enquanto ponto central que a resistência de comunidades tradicionais e povos originários ocorre desde o início da invasão portuguesa, assim como o processo do avanço do capitalismo com as grandes navegações, e a importação do modo de vida europeu ocidental, o que inclui atravessamentos racistas e sexistas, será pautado processos de reinvenção da tradição a partir do conceito de encruzilhada enquanto abertura de caminhos.

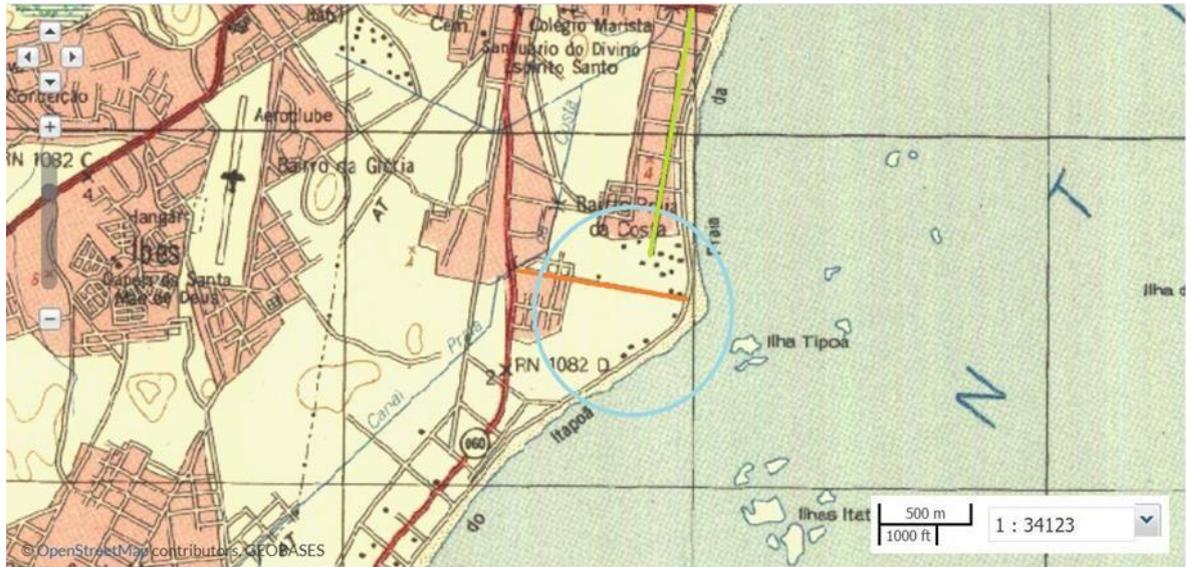
A Comunidade Tradicional de Pesca Artesanal de Itapoã está situada na orla do município de Vila Velha, que compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo (ES). Vila Velha é a cidade mais antiga do estado e é contemplada com 32 quilômetros de litoral, dessa forma, a atividade de pesca tanto artesanal, quanto industrial e esportiva se faz presente de forma bastante intensa no município.

Figura 4. Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Itapoã, Vila Velha.



Fonte: PEA Redes de Cidadania.

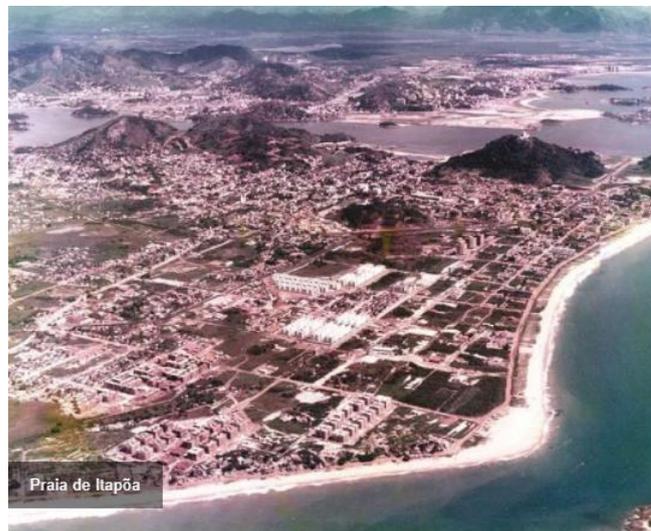
Figura 5. Carta Matricial Topográfica de Vitória - Comunidade de Itapoã em 1977.



Fonte: IBGE - Adaptação do PEA Redes de Cidadania.

Itapoã passou a ter seus primeiros conjuntos habitacionais por volta do ano de 1970, até então não havia água encanada e as ruas eram de areia. Hoje onde é um valão que corta o bairro, era um córrego onde podia tomar banho e pescar. Com a expansão demográfica, as moradias contaram com instalação elétrica e transporte, o que contribuiu para a expansão do comércio e urbanização do território.

Figura 6. Praia da Itapoã em 1965.



Fonte: Morro do Moreno, 2010

Nos anos de 1980 a região se encontrava contemplada por casas populares e, a partir de então, especialmente nos últimos anos, os

empreendimentos imobiliários tem tomado toda orla e extensão do bairro com construções de condomínios e prédios luxuosos. (MORRO DO MORENO, 2010)

Figura 7. Orla de Itapoã (2020).



Fonte: Google

O bairro de Itapoã, somado aos bairros de Itaparica e Praia da Costa, são os que apresentam melhor infraestrutura local, desde questões relacionadas a comércio, construções civis de alto padrão, até localização próxima ao litoral, que contribui para o encarecimento do território, uma vez que a orla da cidade de Vila Velha é potencial atrativo turístico e de qualidade de vida no que diz respeito ao ambiente local. Os bairros em questão apresentam a maior população da região 1 do município e tem predominância para uso residencial e pequenos comércios.

A comunidade de pescadores da praia de Itapoã se encontram próximos às edificações que chegaram após a fixação da comunidade no território, e é formada aproximadamente por 45 famílias, que desempenham outras atividades para além da captura do pescado e venda, como bares e restaurantes que atendem as demandas dos moradores e turistas que visitam a praia e a orla, o que contempla algumas das famílias como parte da fonte de renda.

A precariedade das construções das casas que compõe a comunidade, a falta de valorização da atividade pesqueira desempenhada por eles, associado a pressão da especulação imobiliária, promove uma pressão direcionada à remoção da comunidade daquele território, uma vez que existe um contraste enorme entre a comunidade com o restante do bairro. (CELANTE, 2014)

As comunidades inseridas nos territórios de atividade extrativista acabam por adotar uma organização específica e, em decorrência do crescimento ao redor da comunidade, se intensificam problemas sociais como desigualdade e violência.

Segundo Musiello-Fernandes (2018) os pescadores e outros moradores do bairro de Itapoã acreditam que deveria haver incentivo e participação de instituições com intuito de manter a prática da pesca artesanal, entretanto, a especulação imobiliária e de turismo influenciam grandemente no processo de expulsão das famílias pesqueiras daquele território. E que, apesar das famílias de não pescadores mostrarem certo apreço pela prática da pesca artesanal, não existe de fato consciência da importância histórica e cultural da comunidade quando tomam como preferência os investimentos em infraestrutura a fim de excluir e expulsar as famílias da comunidade.

Ou seja, os moradores da colônia de pescadores se vêm obrigados a deixarem o local por imposição do mercado imobiliário e dão lugar às construções de condomínios de luxo onde novos moradores chegarão no local. Assim há a dominação do espaço pelo poder público, a prefeitura, por ser condizente com as atitudes do mercado imobiliário, pois estas duas esferas de poder determinam qual população ocupará determinado espaço. (CELANTE, 2014, p.19)

A comunidade mantém seu modo de vida onde, de acordo com o artigo 8º da Lei 11.959/2009 do Código de Pesca e Aquicultura, a pesca é caracterizada enquanto artesanal “quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”. Observa-se assim que a pesca artesanal passa por um modo de vida onde há o compartilhamento de tarefas e atividades em família e entre a própria comunidade em prol de seu desenvolvimento econômico, social e cultural, uma vez que a prática da pesca, a partir de alguns critérios como previsto no Artigo 1º da Lei citada acima, ancora:

O desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade (BRASIL, 2009).

Vale ressaltar que o “uso sustentável” e a “harmonia” citados acima não dizem respeito à uma noção romantizada apropriada pelo discurso liberal e pela lógica de produção do Capital. É necessário que entendamos que a constatação de outras formas de viver e estar no mundo são tão legítimas e, por vezes, mais saudáveis e

“sustentáveis” que outras. Trazendo como exemplo a perspectiva do Bem Viver, podemos pensar a partir de uma cosmovisão entre a relação do ser humano e a natureza sem necessariamente haver um distanciamento racional do colonialismo e da visão liberal onde existe uma separação e uma hierarquia entre os seres humanos sob tudo aquilo que, então, seria não humano.

Para Sólon (2019) o Bem Viver se trata de uma dinâmica complexa que envolve a relação com o espaço, com o tempo e com a natureza, onde o ser humano não está deslocado dessas instâncias. As contradições existem, portanto esse equilíbrio perfeito e romantizado não existiria, porém a questão não é essa, e sim entender que a dinâmica coletiva se sobrepõe aos interesses individuais e vai em direção ao funcionamento complementar. Não é porque não se pode fazer tudo que não se deve fazer alguma coisa. Com isso, o Autor nos traz que:

Para o Bem Viver, sempre há uma dualidade: tudo tem pares contraditórios. O bem puro não existe. O bem e o mal sempre convivem. Tudo é e não é. O indivíduo e a comunidade são polos de uma mesma unidade, e uma pessoa só existe enquanto atua pelo bem comum da comunidade a que pertence. Sem comunidade não há indivíduo, e sem seres singulares não há comunidade. (2019, p. 21)

A comunidade de pesca de Itapoã resiste enquanto comunidade de pesca artesanal dentro do contexto de uma região urbanizada, tendo em vista o crescimento populacional e a expansão imobiliária experienciada pelo município e pelo bairro nos últimos anos, além da pressão direcionada abertamente sob os corpos que ocupam esse território a fim de que eles deixem suas práticas e abandonem seu modo de vida para dar espaço a grandes empreendimentos.

Figura 8. Prédios de luxo em torno da comunidade de Itapoã.



Fonte: Redes de Cidadania

A disputa pelo território tem tido outros atravessamentos, como a questão do ecossistema costeiro e seus potenciais recursos naturais. Para Svampa (2019), alguns megaprojetos como os de mineração, petróleo e da indústria civil imobiliária causam tensões no território diante da pluralidade de visões que destoam da perspectiva dominante liberal.

Como forma de descentralizar da perspectiva ocidental eurocêntrica onde o conceito de “encruzilhada” soa como algo ruim, negativo e até pejorativo, aqui foi escolhido para compor o título do primeiro capítulo dessa dissertação e a análise em questão, uma vez que a partir do movimento anticolonial de Rufino (2019) que contempla o sentido do que é a encruzilhada para nós quando diz que “a encruzilhada é a boca do mundo, é saber praticado nas margens por inúmeros seres que fazem tecnologias e poéticas de espantar a escassez abrindo caminhos” (p. 3, 2019). O movimento anticolonial somado à perspectiva de descolonização nos provoca a rejeitar o *status quo* racista, classista, misógeno e cisheteropatriarcal, proporcionando um retorno profundo à nossa subjetividade com intuito de libertarmos-nos das limitações impostas pela colonialidade sob nossos corpos, nossos saberes e nossa imaginação. Sendo assim, compondo esse movimento, parto do princípio de que encruzilhada é lugar de encontro, de sobrevivência; é ponto de força e união; encruzilhada é soma, movimento perspicaz, é tomada de partido em direção a um horizonte de novas possibilidades.

Portanto, as práticas tradicionais se reinventam e nem por isso deixam de ser tradicionais. Retirar o caráter tradicional de uma atividade que se transforma e que é engolida por outros processos já explicitados aqui, em decorrência de algo que não está no controle daquela comunidade por ações coloniais de extrativismo e segregação, por exemplo, é direcionar o olhar para a problemática de forma parcial, reducionista e epistemicida⁶.

⁶ Epistemicídio é um conceito utilizado pelo autor Boaventura de Sousa Santos que tem como objetivo denunciar o apagamento de saberes e contribuições culturais, sociais e teóricas que não foram assimiladas pelas verdades ocidentais; e também desenvolvido a partir disso pela autora Sueli Carneiro tendo como foco uma relação de retroalimentação desse apagamento associado ao racismo.

3. MULHERES, TRABALHO E PATRIARCADO

Ao direcionar o olhar de forma sensível para questões coletivas que circundam os atravessamentos de mulheres em uma sociedade feita por e para homens brancos (Federici, 2019), propus escrever um capítulo da dissertação a fim de situar historicamente a construção social e ocidental dos lugares direcionados socialmente a todas aquelas que foram colocadas do outro lado da história, sobretudo diante do advento do capitalismo.

Tendo em vista uma noção tradicionalista, entende-se que a dominação do sujeito masculino se dá de forma natural e universal, ao encontro dessa perspectiva é colocada a condição feminina enquanto reprodutiva e a maternidade como igualmente natural e universal. A disparidade entre os sexos acaba por situar homens e mulheres diante de tarefas específicas e, não obstante, justifica-se também como sujeitos opostos diante da vontade de Deus. (LERNER, 2019)

Essa explicação é sustentada até hoje por alguns grupos, apesar dos diversos apontamentos e divergências entre as teóricas feministas, mas não é o propósito colocar extensivamente essas questões aqui. Contudo, a visão tradicionalista da divisão do trabalho entre os sexos insidiosa diante dos corpos femininos de tal maneira que passa a ser desviante toda aquela que não quer dedicar sua vida a gerar e cuidar de crianças, de sua casa, de seu território e de seu marido, que seria até então um planejamento divino para sua existência e existência de sua comunidade. A noção tradicionalista, além de justificar assimetrias entre os sexos com base em fatores biológicos, colocando os sujeitos masculinos enquanto mais fortes e ágeis fisicamente, também corrobora com ideias transfóbicas, sexistas e misóginas e exclui todas as percepções existentes a partir de comunidades tradicionais e não ocidentais, liberais e eurocêntricas.

Entretanto, Lerner (2019) pontua que “nos dias atuais, essa teoria é, de várias maneiras, de longe, a versão mais popular do argumento tradicionalista, tendo grande efeito de explicação e corroboração de ideias contemporâneas de supremacia masculina.” (p. 43) E que “quando o argumento religioso [cristão] perdeu força no século XIX, a explicação tradicionalista da inferioridade das mulheres tornou-se “científica”.” (p. 45) Ou seja, passou a se justificar diante de fatores biológicos

comprovados cientificamente, como por exemplo disparidades de forças físicas ou até mesmo a partir da condição reprodutora dos sexos em questão.

Em relação ao mito do *homem-caçador*, o homem que é o provedor majoritário de sua comunidade, entende-se que sua continuidade extensiva serve para fazer a manutenção da lógica da supremacia masculina. Além de que, diante da universalização do mito, pesquisadoras antropólogas e feministas concluíram mediante campo que essa dominação masculina não era universal, afirmando que questões relacionadas ao sexo não eram pautadas em suas diferenças enquanto opostas, mas complementares uns aos outros. Segundo Lerner (2019) “seus papéis e status eram diferentes, mas nivelados” (p 44). Portanto, as atividades desempenhadas tinham como horizonte a manutenção saudável da comunidade sem haver sobreposição de importâncias, uma vez que todas as atividades eram indispensáveis para o bom funcionamento daquele grupo.

Tendo em vista que no período Neolítico a vida do humano e suas organizações sociais contavam com uma dinâmica funcional para as atividades desenvolvidas baseadas no sexo, para Gerda (2019) pessoas do sexo feminino e suas variadas atividades representavam cerca de 60% do que era elaborado em suas comunidades, agricultura, pequena caça e cuidado com os filhos. Sendo assim, cai por terra afirmações reducionistas e capacitistas sobre o trabalho desempenhado entre os sexos, onde o que era desempenhado por pessoas do sexo masculino tinha maior relevância e o que era desempenhado por pessoas do sexo feminino tinha menor importância e impacto; bem como o *mito do homem-caçador*, de que pessoas do sexo feminino não praticavam atividades que envolviam a prática da caça.

Para Beauvoir, a noção do que é ser mulher não se sustenta a partir de uma lógica de funcionalidade, desempenhos de papéis ou tampouco performance de feminilidade. Dado isto, a autora dá início ao que viria a ser um clássico da literatura ocidental francesa feminista, sua obra intitulada *O Segundo Sexo*, questionando: o que é ser mulher? (Beauvoir, 1970, p. 7). Para a autora, ser mulher não é algo natural, feminilidade também não é algo intrínseco às mulheres, tendo em vista que, em seu segundo volume do *Segundo Sexo*, Beauvoir afirma que ninguém nasce mulher, mas sim se torna mulher (Beauvoir, 1967). Com isso, ser mulher não está relacionado a questões anatômicas e biológicas, mas na lógica da construção social branca e

ocidental dos papéis desempenhados a partir da anatomia dos corpos, ou seja, tudo aquilo que não for homem é, então, mulher.

As diferenças atribuídas aos sexos são atravessadas fortemente por aspectos sócio culturais dadas as respectivas questões biológicas, enquanto o gênero passa por uma construção social histórica – onde entendemos que, não só porque gênero é uma construção social que ele deixa de existir, afetar e produzir consequências aos corpos colocados à margem a partir da lógica dessas mesmas construções e imposições coloniais. Esperar que mulheres cisgênero gerem outras pessoas baseadas no seu sexo biológico é consequência cultural baseada no sexo biológico, esperar de mulheres o desempenho da maternagem, dos cuidados com a casa, dupla ou tripla jornada de trabalho e um comportamento sexual determinado, é uma consequência social moderna e ocidental atribuída ao gênero.

Portanto, se pensamos na violência, opressão, controle e exploração de corpos não masculinos, não binários e não brancos a partir de construções que implicam em todas essas questões, devemos pontuar sobretudo que o colonialismo compareceu também como forma de explorar e humilhar, refinando sempre duas estratégias. Machel (2019) diz que “o colonialismo não nos veio ocupar com o objetivo de nos prender, de nos chicoatear ou dar palmatoadas. Ele invadiu-nos, ele ocupou-nos com o objetivo de explorar, as nossas riquezas, explorar o nosso trabalho.” (p. 235) Não obstante países colonizados, especialmente de *terceiro mundo*, em quase sua totalidade servem como território de extração de riquezas e sua população como mão de obra barata, mantendo a lógica de sua dependência social, política e econômica em relação aos países de *primeiro mundo*.

Autoras como Federici (2019) e Svampa (2019) articulam que com o advento do capitalismo desde seu período mercantilista, a lógica de funcionamento, segregação e exploração baseado em gênero, raça, classe, sexualidade, geração e território ocorrem de tal forma possível apenas a partir do modo de organização das dinâmicas coloniais e imperialistas do Capital. Isso implica, portanto, que países terceiro mundistas situados na periferia global sofram ainda mais com a precarização do trabalho, com impactos ambientais e sociais. Como, por exemplo, o aumento escalonado de atividades industriais e extrativistas, que provocam alterações severas nas condições dos ecossistemas e organizações das populações tradicionais inseridas nos territórios situados próximos a essas atividades. Para Svampa (2019):

É na periferia globalizada e por meio do neoextrativismo que se expressa a totalidade da mercantilização de todos os fatores de produção, ligada à atual fase do capitalismo neoliberal, que tem como consequência a expansão das fronteiras de exploração do capital pela imposição de modelos de desenvolvimento insustentáveis em grande escala, em que se combinam lucro extraordinário, destruição de territórios e desapropriação de populações. (p. 119-120).

Então, pensar sobre as consequências associadas a questões de gênero, raça, classe, geração, trabalho e território diante dessas organizações políticas, econômicas e sociais são necessárias, uma vez que a relação entre todos esses fatores não acontece por acaso. Diante da análise de uma superestrutura coletiva percebemos que todas essas relações políticas, econômicas e sociais não existem de forma aleatória. Tendo isso em vista, Federici (2019) traz de forma explícita que esse impacto é ainda maior diante dos corpos de mulheres.

A globalização tem por intuito dar ao capital corporativo o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais. Para isso ele precisa expropriar os trabalhadores de qualquer meio de subsistência que lhes permita resistir a uma exploração mais intensa. Como tal, a globalização não pode triunfar a menos que execute um ataque sistemático às condições materiais de reprodução social e sobre os principais sujeitos desse trabalho, que, na maioria dos países, é composta por mulheres. (Federici, 2019, pp. 183)

Segundo a autora, com a globalização ⁷houve um aumento exponencial da classe trabalhadora e do proletário a nível mundial, onde a inserção das mulheres nas vagas de emprego teve uma grande contribuição. Todo esse movimento afastou pessoas do campo, diminuiu drasticamente o modo de vida baseado na subsistência, grandes empresas se apropriaram de terras, florestas, águas enquanto expropriavam indígenas, camponeses e comunidades inteiras de suas terras para privatizar e disponibilizar os territórios para o extrativismo industrial e o agronegócio, por exemplo. Nesse sentido, as mulheres sofrem com o impacto da globalização em vários trânsitos: gênero e sexo; geração; território; raça; classe;, o que aumenta as desigualdades sociais. Silvia Federici (2019) diz que “este desenvolvimento afetou, em diferentes graus, todas as populações ao redor do planeta. No entanto, a nova ordem mundial é bem mais descrita como um processo de recolonização.” (p 216)

Diante desse retrato de desigualdades estabelecidas a partir do colonialismo e da globalização, tendo como consequência do modelo capitalista e

⁷ Globalização aqui tem o sentido utilizado pela autora em sua obra intitulada “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” (2019), enquanto uma dimensão internacional.

racista patriarcal, mulheres pobres de todo o mundo e mulheres pobres do Sul global em específico sofrem intensa e diariamente o impacto da organização dessa estrutura.

Ao mesmo tempo que o capitalismo, enquanto sistema, só se importa com o lucro – sendo este o elemento central e motor do capital –, ele possui uma relação de dependência relutante em relação aos processos e instituições de produção da vida. O sistema depende de trabalhadores para produzir mercadorias, que em seguida são comercializadas a fim de gerar lucro. Esse sistema, portanto, só pode sobreviver se as vidas dos trabalhadores forem reproduzidas de maneira contínua e confiável, à medida que vão sendo substituídas a cada geração. Alimentação, moradia, transporte público, educação e saúde são ingredientes de produção da vida que reproduzem socialmente os trabalhadores e suas famílias. O nível de acesso a esses recursos determina o destino da classe como um todo – e até hoje quem realiza a maior parte do trabalho de produção da vida no mundo inteiro ainda são as mulheres. Mas o capital reluta em gastar qualquer porção de seus lucros em processos que sustentam e mantêm a vida. É por isso que, no capitalismo, todo o trabalho de cuidado é desvalorizado ou não pago e as instituições de produção da vida, tais como escolas e hospitais, são constantemente privatizadas e sucateadas. (Bhattacharya, 2021, p 37)

É indispensável, por isso, pontuar que a exploração das mulheres e de corpos não brancos e não cis masculinos da forma que acontece hoje, está situada na lógica da propriedade privada, bem como a exploração dos recursos naturais, colocados na lógica colonial de sujeitos situados em posição subalterna e de “segunda categoria” (Machel, 2019, p 239), e mergulharmos nos processos de marginalização de determinadas existências, principalmente ao pensarmos de maneira coletiva, compreendendo seus trânsitos de identidade e, sobretudo, a estrutura que as mantém nessa posição: à margem.

3.1 No Brasil: um Feminismo para os 99%

Pensando o capitalismo a partir do mercantilismo e das grandes navegações, a invasão dos territórios a partir do colonialismo edificou uma lógica de funcionamento de segregação que perdura até hoje. Essa mesma lógica colocou e segue colocando populações e comunidades tradicionais, pessoas negras em diáspora, indígenas, pobres, mulheres e tantos outros grupos em um lugar à margem, com pouco ou quase nenhum acesso facilitado às políticas públicas ou direitos básicos a existência digna, por exemplo.

Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; e no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem (SAFFIOTI, 2013, p. 58-59)

Portanto, pensar o feminismo enquanto práxis e movimento de libertação é urgente. Compreender que um feminismo liberal “deixa corpos pelo caminho” (Petrone, 2021, p. 11) assim como qualquer outro feminismo ou movimento social que não se preocupa em incluir quase todas as mulheres nos seus movimentos de emancipação e cuidado.

Um “Feminismo para os 99%” (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019) se propõe a ser anticapitalista, anticolonial, antirracista; o feminismo para os 99% inclui pessoas pobres, mulheres negras, brancas, indígenas, marrons, amarelas, pessoas LGBTQIA+, que estão inseridas nos mais diversos territórios e comunidades. O feminismo para os 99% compartilha de questões ecológicas e com a cosmovisão do Bem Viver; discute soberania alimentar, saberes de povos e comunidades tradicionais e luta pelo território.

O feminismo para os 99% não compactua com a farsa criada pelo neoliberalismo de que revolução e emancipação é chegar ao topo de grandes empresas ou de grandes negócios. A falsa sensação de liberdade e crescimento coletivo que o mercado consegue vender com o nome de representatividade e empoderamento enquanto essas mesmas empresas continuam difundindo processos de escravização, de precarização do trabalho e exploração dos trabalhadores e do meio ambiente, é tática de manutenção da lógica do Capital e do colonizador sob o corpo e vida do colonizado. Por isso, segundo Petrone (2021) “nosso feminismo só será mesmo urgente se for por inteiro palpável e real para a maioria das mulheres brasileiras e do mundo. Se for popular e verdadeiramente emancipador. Esse precisa ser um compromisso teórico, político e prático do feminismo para as 99%.” (pp. 13-14)

A respeito da construção social e, portanto, colonial do Brasil, foi pontuado que disparidades sociais de diversas formas permanecem presentes. Isso se dá em decorrência do colonialismo somado a forma como o Capitalismo se instituiu. Petrone (2021) nos diz que “se o regime colonial foi rompido, não houve ruptura com as relações coloniais de poder.” (p. 14). Sendo assim várias práticas opressoras e de segregação permanecem sendo reproduzidas. Portanto, por mais que as divisões sexuais do trabalho sejam mais antigas do que o capitalismo, a forma como a supremacia masculina se organiza e insere sob corpos não masculinos cisheterossexuais, se deu a partir dele; assim como questões envolvendo racismo,

classismo e outras formas de opressão. Segundo Fraser (2021) sem as divisões dicotômicas e suas implicações na construção das subjetividades dos sujeitos a partir da lógica de funcionamento do Capital, as dominações em questão não existiriam da forma como existem hoje. De acordo com a autora “as formas de opressão que eles englobam – subordinação de gênero e de raça, imperialismo e dominação política, depredação ecológica – são características estruturais inerentes à sociedade capitalista, tão profundas quanto exploração e dominação de classe.” (2021, p 83-84)

Trazendo essa questão para o Brasil, segundo a autora Lelia Gonzales (2020), as práticas de opressão foram sendo construídas de forma ideológica, sobretudo o racismo após a abolição da escravatura, com intuito de beneficiar interesses específicos. O modelo político, econômico e social construído a partir do neoliberalismo e do colonialismo firmou bases sólidas mediante a exploração da classe trabalhadora que tem cor, tem sexo, tem sexualidade, idade e se dispõe em determinados territórios. Gonzales (2020) pontua que brancos e negros pobres sofrem com essa exploração, porém “a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo” (p. 35) ou seja, que a partir de uma competição, pessoas não brancas acabam sendo desfavorecidas. Em contrapartida, gênero também compõe uma categoria de análise indispensável, onde as identidades são dispostas enquanto trânsitos, e a somatória de alguns desses trânsitos impactam mais ou menos os corpos em questão.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa, (GONZALES, 2020, p 42)

Vale ressaltar que os trânsitos das identidades nada tem a ver com competir opressões.

Para Gonzales (2020) “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (p 76). Sendo assim, racismo e sexismo posicionam mulheres pobres e não-brancas em um lugar de subordinação, dificultando – para não dizer inviabilizando – o acesso a direitos básicos e a possibilidade de escolhas reais sobre suas vidas, sendo perpetuado, dessa forma, o pacto da branquitude e o pacto masculinista.

Portanto, essa dissertação de mestrado torna-se relevante não apenas pela denúncia de opressões a partir da dialética nos trânsitos das identidades, como também viabilizar saberes, destituindo verdades absolutas que corroboram com a universalização de territórios e sujeitos, independente de estarem inseridos em contextos urbanizados e, conseqüentemente, engolidos pela lógica colonial, compreendendo que estar inserido não necessariamente é ser cooptado, pois há algo nas organizações tradicionais que escapam ao colonialismo.

4. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, TERRITÓRIO E MODO DE VIDA DA COMUNIDADE DE PESCA ARTESANAL DE ITAPOÃ, (ES): OUVINDO MULHERES DA COMUNIDADE

Em decorrência das impossibilidades postas durante o desenvolvimento da pesquisa por conta da pandemia do COVID-19, o campo foi feito e pensado com bastante cuidado, tanto devido aos atravessamentos de vínculo que se estabeleceram de outra forma, quanto pela preocupação em seguir as recomendações sanitárias de prevenção a contaminação, indicadas pela ONU. Portanto, as entrevistas foram mediadas e gravadas por telefone, com consenso das entrevistadas, e duraram em média 30 minutos.

Durante toda a ligação houve uma troca de informações bastante potente. As entrevistadas demonstraram interesse em falar sobre suas trajetórias, suas percepções sobre a comunidade, o território e as mudanças no decorrer dos anos. Falaram com orgulho das histórias de suas famílias e do senso de pertencimento ao local. Disponibilizaram-se a tirar qualquer dúvida posterior caso fosse necessário e ao início e ao fim do diálogo pontuei sobre a confidencialidade de suas identidades, mesmo que aparentemente essa não fosse uma questão para ambas.

Com intuito de somar à pesquisa uma noção heterogênea dos atravessamentos vivenciados por mulheres, foram entrevistadas duas mulheres da comunidade de pesca artesanal de Itapoã, com diferença de idade de 28 anos entre elas, sendo a mais velha pescadora e a mais nova, moradora e colaboradora na comunidade. A idade produz uma tensão geracional que proporciona perspectivas diferentes que atravessam gerações e suas respectivas expectativas, experiências no território e na prática da pesca.

A pesca artesanal considera em sua prática uma relação dinâmica entre pescadores e pescadoras, comunidade e meio ambiente. Existe uma lógica entre o trabalho em terra e em mar, sendo o ofício praticado em terra mais associado aos trabalhos desempenhados por mulheres e o mar, principalmente o alto mar, mais associado aos trabalhos desempenhados por homens.

No caso das pescadoras, muitas de suas atividades produtivas são reconhecidas como atividade reprodutiva (por ocorrer no espaço da casa, como a filetagem, a limpa, o descasque de camarão etc.). Esse quadro

dificulta o processo de autoreconhecimento de uma identidade profissional, cujos danos se dão tanto no âmbito cultural como na ausência de políticas públicas específicas. Portanto, é fundamental problematizar a identidade profissional e seu construto em meio social tradicional, como a pesca artesanal (SANTOS, 2018, p.06)

Os atravessamentos das esferas públicas e privadas que, de antemão sinalizo não serem distintas uma da outra pois “é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada” (Biroli, 2014, p. 33), são baseados em uma reprodução social de comportamento, fazendo assim com que o trabalho e a produção da mulher muitas vezes tornem-se desvalorizados em decorrência de serem vistos como secundários, reprodutivos e/ou domésticos (SANTOS, 2018).

Segundo Fassarella (2008):

Além do trabalho profissional, a mulher se divide no dia a dia entre atividades de casa, de cuidado dos filhos, quintal e animais, tarefas que merecem destaque pelo grau de importância que têm para a sustentabilidade do grupo familiar e que, invisíveis, são tidas como trabalho destituído de valor produtivo (p.175).

Federici (2019) dialoga com a noção de que o trabalho doméstico sequer passou a ser reconhecido como trabalho pelo fato de não ser remunerado. Além de ter sido imposto às mulheres com justificativa de ser algo intrínseco e natural. Dessa forma, todos os trabalhos desempenhados por mulheres, especialmente na esfera privada, como: o amparo emocional à comunidade, serviços físicos e até sexuais tornam o trabalho desprovido de valor remunerado, exaustivo física e emocionalmente, além de invisível.

A comunidade de Itapoã tem uma característica peculiar que será pontuada no decorrer do capítulo, que é a dinâmica das mulheres em relação a comunidade e também diante dos homens pescadores. Elas apresentam-se de forma bastante firme e certa mesmo frente à dinâmica patriarcal imposta pelo colonialismo. Torna-se importante não perder de vista que, enquanto pessoas que estão do outro lado da história, “podemos não servir a um homem, mas todas estamos em uma relação de servidão no que concerne ao mundo masculino como um todo” (Federici, 2019, p. 46). Sendo assim, os atravessamentos e dinâmicas até agora apresentados não deixam de existir, mas sim se reinventam de maneira a serem percebidos de outras formas, em outras instâncias, atravessando de forma perversa também a organização comunitária dos pescadores e pescadoras artesanais.

Tendo em vista o contexto apresentado até aqui sobre as relações entre atividades desempenhadas por homens e mulheres dentro das comunidades de

pesca artesanal, nota-se que o trabalho produtivo da mulher, segundo Santos (2018), é subestimado; são jornadas duplas ou triplas, contudo, como esses serviços são feitos geralmente no interior das casas ou das comunidades, perdem o valor associativo de trabalho específico que demanda tempo, esforço e que objetiva a manutenção do bem comum a todas e todos da comunidade. Em contrapartida, a pescadora entrevistada relatou que:

Tem atividades que é mais pra eles, mas nós fazemos juntas. E muitas vezes nós praticamos mais do que eles. Ele falam que como mulher fala muito, eles falam pra gente estar sempre de frente. Eles chegam com peixe, a gente já vai puxando, juntando, limpando barco, quando não tem ninguém nós mesmas embarcamos, as mulheres. (51 anos, 2021)

Figura 9. Puxada de Rede na Praia de Itapoã.



Fonte Celante (2014)

Dessa maneira, mesmo diante dos levantamentos bibliográficos sobre a temática envolvendo gênero, mulheres e pesca artesanal no Brasil pontuando sobre a sobreposição dos trabalhos desempenhados pelos homens nas comunidades em relação ao trabalho desempenhado pelas mulheres, no discurso presente em ambas as entrevistas essa relação surgiu mais de forma colaborativa do que de fato hierarquizada, como no relato da jovem da comunidade:

Geralmente a mulher não cerca o peixe, a gente sabe que é por força porque a mulher não tem a mesma força que homem pra jogar a rede e fazer isso, mas se não fosse a mulher pra quando o peixe chegar e vender o peixe, ou ajudar o esposo ou a pessoa que cercou, não teria tanta diferença, a mulher não tem a mesma força mas de resto faz tudo que tem que fazer. E vai pra alto mar, se tiver que ir, ela vai. Pra pegar o sururu é alto mar, 40 minutos de barco. Mas só isso. Esse é o limite. Vao pescar, vao. Não tem chororô, vai porque precisa. É mais a questão da força. (23 anos, 2021)

Mas ela também pontua que:

Homem é um pouco machista, acha que a mulher não vai conseguir, que não pode fazer isso ou aquilo, é uma dificuldade a ser enfrentada, mas as mulheres que fazem e vão, tentam enfrentar da melhor forma possível. Mas raramente elas vão pescar, as mulheres limpam o peixe e ficam na praia vendendo, que pra mim é o mais importante de tudo. Porque pescar o peixe é difícil, você vai pra alto mar, mas se você chega com o peixe e ele não é vendido, de nada adiantou você ter ido pro mar. É importante demais, é através daquilo que você vai no mercado, compra um alimento, paga uma luz, água. É assim que muitas famílias vivem e sobrevivem. Vou pro mar pra ver se consigo 100 reais pra comprar leite e fralda pro meu filho e amanhã vou de novo e vejo outra coisa que precisa em casa. (23 anos, 2021)

Com isso podemos perceber alguns pontos e tecer algumas reflexões. Apesar dos atravessamentos coloniais de produção de vida e subjetividades impactarem os sujeitos da comunidade de pesca de Itapoã a partir de algumas noções sexistas, não podemos reduzi-los a isso e apagar o esforço da organização autêntica da comunidade baseada na colaboração mútua com intuito de manter seu modo de vida. Não podemos ser anacrônicos nem passar por cima de algumas organizações específicas das comunidades para sustentar quaisquer desejos narcísicos da academia. Ou seja, se faz necessário ouvir o relato de mulheres da comunidade e suas próprias noções de organização, pertencimento e modo de vida sem deslocar todo esse contexto para categorias ocidentais centradas na academia.

Para além disso, mulheres desempenham um papel fundamental no contexto da pesca artesanal e dentro de suas comunidades, uma vez que são responsáveis por confecções de instrumentos, lidam diretamente com a educação dos mais novos e com a manutenção da saúde dos mais velhos a partir dos cuidados com a casa, alimentação, organização e otimização do pré e pós captura do pescado, por exemplo. Segundo Souza, Ribeiro e Martinez (2019) “sem elas, seria impossível a sobrevivência da forma tradicional de vida ligada à pesca” (p. 21). Pescadora, fileteira, descascadeira, marisqueira, catadora, remendeira, vendedora, mulher de pescador... são tantos nome assim como são diversificadas as atividades das mulheres no universo da pesca. (MARTINEZ & HELLEBRANDT, 2019, p. 09)

Nós somos, na questão de mulheres, poucas. Nós mulheres, a gente pratica a pesca, aquele trabalho braçal do homem a gente também pratica. Entra na água, puxa rede, puxa barco, pega uma redinha, tira o peixe, faz a pesca de corda, essa prática toda a gente faz, tudo que homem faz a gente faz e não desmerecendo o homem mas a gente faz até melhor. Todo serviço braçal do homem nós também praticamos. Puxar rede na praia é cansativo mas a gente também faz. Tem que fazer porque as vezes é pouca gente, tem que entrar dentro da água, ficar atrás da rede, a gente cai, se corta, mas a gente tá ali. No entorno da comunidade todos aqueles que vivem da pesca, todas as mulheres, a gente faz esse trabalho de marisco, que é mais o trabalho das mulheres, tirar o marisco, descascar, pintar embarcação, a gente também ajuda. Nós brigamos pelos nossos direitos, tentamos falar mais alto que podemos para que os políticos nos ouçam. Carregar um caixa com 20kg de

peixe pra colocar em caminhão, não tem essa de homem e mulher, tem que ser tudo junto, mas hoje por ter pouca gente nós fazemos tudo isso. Hoje a colônia nos apoia, porque antes não dava muito do nosso lado, porque depende de presidente pra presidente. E nós fazemos nossa parte no que podemos fazer. Nossa prática, tudo que vem da pesca, filetagem, congelar, tudo isso a gente faz. (52 anos, 2021)

Figura 10. Pescadora e Marisqueira puxando Rede.



Fonte: Redes de Cidadania: Facebook/Marlúcia –Créditos: Fernando Libardi

Apesar disso, a pescadora e marisqueira relatou sentir a desvalorização por parte dos consumidores dos peixes, especialmente do Sururu por conta do valor cobrado pelo trabalho e pelo quilo do marisco:

Hoje, entra ano e sai ano, e não tem como viver da pesca. Tem que viver do jeito que dá. Viver de transporte das ilhas Pituã e Itatiaia, do marisco... a gente tira, vende, as pessoas reclamam que o marisco tá caro, porque a gente pega de graça, mas não é assim. Nós arriscamos nossas vidas, tem o barco pra fazer manutenção, o motor em manutenção, tudo tem gasto. Ai acha caro o KG do Sururu. Muitas das vezes pegamos de manhã pra vender e levar o alimento pra casa a tarde. Hoje é nessa situação. Na pandemia ficou ainda pior. (51 anos, 2021)

Figura 11. Beneficiamento do Sururu.



Fonte: Alves (2021)

Segundo a pescadora e marisqueira, existe uma incompreensão dos turistas e, especialmente dos moradores que vivem próximos à comunidade, do trabalho e do modo de vida que eles levam no território muito antes de prédios serem erguidos no bairro.

A dicotomia *nós–eles* pressupõe um contraste diante daquilo que é a norma, que é universal, e daquilo que é diferente e, portanto, desviante. Essa lógica impera a partir de uma noção colonizadora, que dá contorno e sustentação ao suposto controle frente aquilo que resiste frente à asfixia colonial.

A pescadora relata também a alteração da biodiversidade, que atingiu a prática e a sobrevivência da comunidade em relação a pesca, o que implicou em mudanças na dinâmica de vida das pescadoras, precisando recorrer a outras atividades para sobreviver.

A pesca vem de geração em geração, da minha avó, minha mãe, meu pai, meus irmão. Hoje sou pescadora artesanal profissional e marisqueira. Hoje não vivemos totalmente da pesca, mas já vivemos muito tempo. Hoje a pesca está muito escassa devido as traineiras em alto mar tirando aquilo que viria pra nos que pescamos em barco pequeno. Vivemos numa comunidade pesqueira que hoje muitos desistiram da pesca por causa da escassez do peixe, mas nós que vivemos continuamos na luta do peixe, do marisco, que tem também o momento do defeso, que não pode pegar o marisco, ai tem quatro paradas no ano, isso não é suficiente pra sustentar uma familia pesqueira. Muitas vezes nós pescadores não conseguimos o auxilio defeso, ai precisamos fazer coisas como transporte para as ilhas, pituã e itaiatia, pra acrescentar na renda, procurar fazer ate mesmo um serviço fora, uma faxina, pra complementar na renda da casa, porque viver hoje da venda da pesca é quase impossível. Quanto eu tinha meus 15 anos ate os meus 20 ou 25 anos nós vivíamos da pesca mesmo, mas hoje não tem como viver, ate porque quando pegamos uma grande quantidade de peixe numa rede de arrasto, o atravessador chega aqui e coloca a 1 real ou 50 centavos o quilo da sardinha, entao ele ganha mais do que nós, entao como nós não temos outra opção, nós temos que aceitar a proposta de quem vem comprar, ai nós vendemos a esse valor pra não jogar fora, nós tiramos pouquinho, mas tiramos. (51 anos, 2021)

Com a vulnerabilidade causada à população da comunidade pela displicência pública e privada, somada ao processo de urbanização e o estabelecimento de empresas em terra e em alto mar, o território passou por inúmeras mudanças que impactaram a dinâmica da comunidade e a prática da pesca na região, tanto por conta dos novos moradores, quanto por parte da alteração da disposição dos peixes e mariscos no litoral. Segundo a jovem da comunidade:

A gente não pode lutar contra uma imobiliaria que ta construindo um predio. Muita gente fala “Itapoa é muito bom, mas aquele fedor do peixe...” Ninguém gostava de vir aqui na praia, todo mundo falava que fedia. A urbanização nos prejudicou, mas não deveria ser assim, tinha que entrar num consenso, porque é disso que a gente vive, é uma comunidade que ta tentando manter

a tradição. Os moradores que estão chegando agora não entendem. Muita gente acha que nem deveria ter mais. Mas os que estão há muito tempo entendem. Até quem não mora aqui em frente a praia, até os que moram nas ruas de trás conhecem e entendem a importância. Mas quem chega agora... a maioria não. (23 anos, 2021)

A pescadora e marisqueira mais antiga ainda trouxe que o crescimento urbano:

Complicou muito. Esses prédios altos fazem sombra na praia, também pelo fato dos moradores desses prédios chiques nos atrapalharem, porque eles entram pra prefeitura para pedir que nós não cozinhemos na praia, pra levar pra casa cozinhar, mas quem vai conseguir fazer isso em casa? no gás? Isso nos atrapalha muito, muitas das vezes nós estamos com peixe na praia, já passou das 7 da noite, eles acham ruim porque estamos na praia. Esse crescimento nos prejudicou muito, porque impactou, tirou aquilo que nós somos, colônia, tradicionais. Aí vai afunilando, as grandes empresas vêm, as pessoas se sentem acoadas, vendem seus terrenos, vão pra outros lugares, mesmo morando em outros bairros vêm pescar da mesma forma. Mas o crescimento urbano atrapalhou muito, eu falo que em Itapoã nós éramos felizes e não sabíamos. Hoje as grandes empresas vêm, oferecem dinheiro, o pescador tá meio escasso, não tem peixe, mudam, e volta pra pescar todo dia. (51 anos, 2021)

E o estabelecimento de empresas:

O que acontece, existe uma rede chamada traineira, tudo que tem na água ela pega. Então, grandes empresas e empresários e políticos, e faz essa varredura. Aí não dá tempo do peixe vir e a gente pescar. A gente tem brigado muito por isso, já fez abaixo assinado pra ver se consegue frear. Porque carrega tudo. Quando começa dar um tipo de peixe, dá um ou dois dias, não tem mais. A gente fica cada dia mais a mercê... os empresários tiram tudo aquilo que é nosso. (51 anos, 2021)

Que é somado ao relato da jovem da comunidade:

As grandes empresas atrapalharam muito. Por exemplo, uma época dessa tinha muito peixe, era uma correria enorme, hoje não. Os navios e as grandes empresas não deixam o peixe chegar pra gente como chegava antes. (23 anos, 2021)

A precarização da existência orgânica dos seres é inerente à divisão binária de todas as instâncias da vida que afasta as pessoas da organicidade do seu dia a dia. Svampa (2019) pontua que outras formas de existir no mundo, que vão de encontro com a perspectiva dominante “facilita a instalação de um discurso eficientista e excludente em nome das dinâmicas globais do capital.” (p. 47) E o autor indígena Ailton Krenak (2020) contribui com a constatação a partir da fala das mulheres da comunidade pesqueira sobre a relação dos políticos e das indústrias no território ao escrever que:

“quando um vereador aparece na sua comunidade dizendo que vai sanear é preciso desconfiar, pois, quando dizem isso, em geral, é conosco que queremos desaparecer. Esse colonialismo está impregnado na cabeça do vereador, do prefeito, do governador, de tudo quanto é gente que tem o status de apertar algum botão, de abrir algum portão. Esses caras continuam a serviço da invasão.” (p. 36)

Portanto, em direção ao colonialismo, ao racismo, sexismo e classismo, percebemos ao entrevistar ambas as mulheres da comunidade que, mesmo com alguns pontos diferentes em relação as suas percepções diante da comunidade – resultado também da tensão geracional proposto para a pesquisa – que há uma tentativa de asfixiar o território e o modo de vida da comunidade pesqueira em decorrência de interesses privados e públicos que estão a serviço do capital. Os impactos e descontentamento vivenciados pelos pescadores, pescadoras e marisqueiras da região tanto subjetiva quanto objetivamente comparecem nos relatos coletados da entrevista. Os novos moradores do bairro que ocupam um lugar sócio econômico mais abastado deslegitimam e desmoralizam as práticas tradicionais da comunidade, bem como as pessoas que a compõe; promovem um controle social a partir do lugar e do território que ocupam e contribuem com a manutenção do *status quo*. E mesmo que algumas categorias de identidade aproximem mulheres e pessoas racializadas não-brancas diante de uma estrutura, é o sentido e noção de pertencimento à comunidade pesqueira que evidencia todo um impacto coletivo e social que só quem compartilha do dia a dia, da herança ancestral e do modo de vida da comunidade somada a essas outras categorias, sente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a intenção de pontuar questões relevantes desse estudo, proponho pensarmos as considerações finais dessa dissertação como uma terra fértil que produzirá reflexão e saber a partir dos assuntos abordados, da bibliografia levantada e da coleta de dados com as mulheres da comunidade pesqueira, e não produzir verdades absolutas – deixemos essas verdades para aqueles que estão a serviço da colonização.

Em um primeiro ponto, diante dos percalços impostos pela pandemia da covid-19, a metodologia de pesquisa baseada em entrevista, mediada por telefone e plataforma online, se mostrou ainda assim bastante eficiente. A coleta de dados possibilitou a compreensão de alguns tensionamentos feitos durante o processo de pesquisa e contribuiu para a elaboração de pontos os quais o levantamento bibliográfico não deu conta, somado à questões de divisão sexual do trabalho, mulheres e a comunidade de pesca em Itapoã, Vila Velha, pois colocavam sempre essas mulheres num lugar hegemônico.

Em um segundo ponto, se faz importante ressaltar a produção acadêmica sobre gênero, divisão sexual do trabalho e mulheres em comunidades de pesca do Brasil. Produção essa que ainda é escassa tendo em vista a demanda e a complexidade das vivências experienciadas por essas mulheres. É necessário que elas sejam enxergadas para além da ótica colonial e da perspectiva puramente acadêmica; que hajam epistemologias para além daquilo que se compreende enquanto ciência moderna ocidental que legitimaria ou não os atravessamentos sociais, subjetivos e objetivos das comunidades tradicionais. Encaixá-los nessa noção de verdade produzida pela academia universal do ocidente é reduzi-los àquilo que eles não são, reforçando estigmas, distanciamento social e incompreensão prática do seu modo de vida a partir de suas próprias narrativas, pois diz respeito a narrativas e vozes não somente individuais, mas coletivas em suma.

Tendo isso em vista, a discussão em torno especificamente da relação das mulheres com seu território precisa ser pautada a partir dos seus olhares e seus significados. Svampa (2019) nos conduz a reflexão de que historicamente os territórios que são colocados à margem são “fábricas de solidariedade” (p. 63) e por conta da exclusão por parte especialmente de setores públicos, comunidades

tradicionais, por exemplo, se movimentam a partir de percursos de colaboração comunitária, fazendo seus próprios movimentos orgânicos mesmo diante do tensionamento de grandes empresas e empreendimentos que sequestram aquilo que é comum às comunidades, provocando resistências diante da comercialização e mercantilização do modo de vida.

A desorganização social impacta diretamente o tecido social. Questões como aumento de insegurança, falta de pertencimento ao território, uma crescente no que diz respeito às desigualdades sociais fragmentam o senso de coletividade dos moradores de uma determinada região, o que impacta na manutenção e no refinamento de diversas formas de violências, sobretudo sobre corpos de mulheres.

Segundo Federici (2019) as mulheres são “as principais apoiadoras de um uso não capitalista dos recursos naturais e da agricultura orientada para a subsistência” (p. 184) Somado à isso, a dicotomia *natureza – cultura* é orientada por uma ótica ocidental que distancia seres humanos de seu pertencimento orgânico à natureza, como se fossem corpos separados.

Os povos nativos resistem a essa investida do branco porque sabem que ele está enganado, e, na maioria das vezes, são tratados como loucos. Escapar dessa captura, experimentar uma existência que não se rendeu ao sentido utilitário da vida, cria um lugar de silêncio interior. (Krenak, 2020, p. 60-61)

Esse silêncio interior, segundo o autor, foi roubado pelo modo de produção de vida capitalista em muitos locais, o que contribui com a perpetuação da lógica de que existe esse distanciamento entre natureza e cultura; “A vida só se explica pela relação entre as partes do todo. A dicotomia entre seres vivos e objetos não existe, pois não há uma separação entre seres humanos e a natureza.” (Solón, 2019, p.19) todavia, segundo Federici (2019), as mulheres são responsáveis pelas principais lutas travadas nos territórios onde não cabe essa separação, esse binarismo e pudemos ver essa dinâmica na prática com os saberes ancestrais com as mulheres da comunidade de Itapoã.

A comunidade pesqueira de Itapoã está situada em uma região urbanizada, que dispõe de inúmeros recursos naturais e, portanto, grandes empresas. A partir das entrevistas feitas com as duas mulheres pertencentes à comunidade, ficou nítida a relação e o sentimento de pertencimento ao território, à dinâmica do que chamamos de natureza enquanto potencializador do modo de vida dos pescadores e pescadoras, da importância dos saberes produzidos por seus ancestrais e passados de geração

em geração, mesmo que alguns desses netos e filhos tenham como perspectiva a vida para além da prática da pesca. Ainda assim, a comunidade sofre com diversos processos de impacto não apenas na dinâmica da cidade e do processo de urbanização, como também com a incompreensão e preconceito da população que passou a habitar o território após a chegada dos pescadores e pescadoras da colônia na primeira metade do século XX.

Se há preocupação dos setores extrativistas e imobiliários, públicos e privados, certamente é com o lucro que eles podem ter com a região e como a resistência da colônia e da comunidade impacta no desenvolvimento do bairro, e não com as situações de violência e asfixia sofridos, sobretudo pelas mulheres pescadoras. Tanto que compareceu nos relatos das mulheres entrevistadas o quanto diversas famílias da comunidade acabam optando pela venda de seu terreno para empresas, vislumbrando uma oportunidade de habitar outro espaço, com menos tensões, apesar de continuarem retornando à região para a prática da captura do pescado.

Mesmo estabelecendo articulação entre classe, raça e gênero durante toda a pesquisa, o fator geracional foi de fundamental relevância neste trabalho para que não acontecessem generalizações sem este recorte fundamental. Em um paralelo com as duas entrevistadas e suas articulações diante das nossas trocas, pudemos notar o orgulho de pertencer à comunidade de pesca artesanal de Itapoã e que, por mais que algumas ambições e perspectivas se afastem em decorrência justamente da diferença e tensão geracional, o horizonte continua o mesmo: promover melhorias a todos os pescadores e moradores da comunidade. Portanto, compreendemos que as divergências pontuais em relação as mulheres pertencentes ao território pesqueirosão superados diante da pluralidade de ideias vindas delas que, na máxima, visa potencializar a vida coletiva na comunidade. Portanto, a encruzilhada formada é sobre transformar as diferenças em força.

No que diz respeito aos atravessamentos de gênero e a divisão sexual do trabalho, notamos que ainda que haja fortemente uma influência patriarcal na dinâmica de organização da comunidade pesqueira de Itapoã, existe uma ordenação orgânica própria que conduz os trabalhos desempenhados em direção a uma lógica de colaboração, e não necessariamente de sobreposição, uma vez que as mulheres da comunidade sustentam seus posicionamentos diante dos homens e, o que

teoricamente seria *trabalho de homem* e *trabalho de mulher*, se misturam, salvo o trabalho doméstico que ambas as entrevistadas pontuaram ser desempenhados predominantemente pelas mulheres. Vale ressaltar ainda que essa dinâmica diz respeito exclusivamente à comunidade em questão.

Por fim, sabemos que o impacto colonial não acabou, que os interesses das grandes empresas em busca de um suposto desenvolvimento que só serve a 1% da população perduram e que o genocídio de comunidades e saberes tradicionais somados às indentidades colocadas à margem do sistema capitalista permanecem. Por isso, as dinâmicas das ideologias hegemônicas que atravessam e estruturam a sociedade devem estar em pauta das estudiosas do feminismo, das raças e do colonialismo, de forma que, independente da ideologia dominante do Estado, pensem com e a partir do modo de vida de quem sofre impacto direto dessa estrutura que não dá e retira do povo tudo que é dele.

Que nunca esqueçamos: o horizonte é sempre revolucionário.

7. REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%, um manifesto**. São Paulo, Boitempo. 2019

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha**, 2010.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Volume 1: fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1970.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Volume 2: a experiência de vida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1967.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.

BRITO, C. Uma análise sócio-histórica da articulação nacional das pescadoras (ANP). *In*: MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, p. 51-73, 2019.

CAVALCANTI, D. R. M. **Mulheres nas águas**: um estudo sobre relações de gênero na pesca. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

CELANTE, S. S. A. **Gentrificação**: impactos do mercado imobiliário sobre a colônia de pescadores de Itapoã - Vila Velha – ES. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo: São Paulo, 2016.

DIEGUES, A. C. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil: uma síntese histórica.** Centro de Culturas Marítimas-CEMAR/NUPAUB. Universidade de São Paulo.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil.** Universidade de São Paulo, 2000.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES; A. C. S. **Aspectos Sócio-Culturais e políticos do uso da água.** Plano Nacional de recursos hídricos-Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: NUPAUP-USP, 2005

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** EDUFBA: Salvador, 2008.

FASSARELLA, S. S. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Ser Social**, v. 10, n. 23, p. 171-194, 2008.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, B.P, **A pesca artesanal no brasil: características conflitos e perspectiva.** 2015. Disponível em:

https://brasil.oceana.org/sites/default/files/beatrice_ferreira_for_oceana_07july2015_nocopy.pdf. Acesso em: 28 mai. 2020

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques - Una oportunidad para la acción climática en Latina América y el Caribe.** Disponível em:

<<http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb2953es>>.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro latino americano.** Zahar. 2020.

HARVEY, D. **Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume. 2005.

HELLEDRANDT, L., MARTINEZ, S. A. **Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (EDUENF), 2019.

KOLLONTAI, A. Et. Al. **Introdução ao pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2021.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEITÃO, M. R. F. **Gênero, pesca e cidadania**. Universidade de Santa Catarina. 2013.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix. 2019.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. Expressao Popular: Rio de Janeiro, 2015.

MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, p. 21-49, 2019.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUSIELLO-FERNANDES, J. *et al.* Pesca artesanal e as interferências sobre a atividade na mesorregião central do Espírito Santo. **Povos e comunidades tradicionais**, São Paulo, ano 2018, ed. 40, 2 jun. 2014.

OLIVEIRA, Ol. M. B. A. de; SILVA, V. L. da. O processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. **Sequência**, Florianópolis, n.65, p. 329-357, 2012.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Mórula, 2019.

SADTLER, H. A identidade de gênero como ferramenta política entre as lideranças femininas da pesca em Pernambuco. **Coisas do gênero: diversidade e desigualdade**, p. 179-190, 2011.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes. Mito e Realidade.** Editora Expressão Popular, 2013.

SANTOS, V. J. A classe pesqueira tem dois sexos: trabalho e relações de gênero na cadeia produtiva da pesca artesanal na bacia de Campos / RJ. **Barbarói**, v. 1, n. 51, p. 177-192, 2018.

SIQUEIRA, M. da P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950- 1980.** Vitória: CCHN, Publicações, 2001.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

SOLÓN, P. **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, Decrescimento, Comuns, Ecofeminismo, direitos da mãe Terra e desglobalização.** Editora Elefante, 2019. Edição do Kindle.

SOUZA, S.; RIBEIRO, N.; MARIÍNEZ, S. Mulheres em comunidades pesqueiras no Brasil: um balanço da produção em teses e dissertações (2007-2017). *In:*

MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil.** Campos dos Goytacazes: EDUENF, p. 21-49, 2019.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina.** São Paulo: Editora Elefante, 2020.